MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES

**Direitos e deveres fundamentais ambientais como dimensão
constitucional do Estado Ambiental: reflexões a partir do exemplo da
Constituição brasileira**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor José Levi Mello do Amaral Júnior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES

**Direitos e deveres fundamentais ambientais como dimensão
constitucional do Estado Ambiental: reflexões a partir do exemplo da
Constituição brasileira**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração “Direito do Estado”, sob a orientação do Professor Doutor José Levi Mello do Amaral Júnior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Magalhães, Marco Túlio Reis

Direitos e deveres fundamentais ambientais como
dimensão constitucional do Estado Ambiental:
reflexões a partir do exemplo da Constituição
brasileira / Marco Túlio Reis Magalhães ; orientador
José Levi Mello do Amaral Júnior -- São Paulo, 2017.

457

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito Constitucional Ambiental. 2. Estado
Ambiental. 3. Dever fundamental ambiental. 4. Dever
de proteção do Estado. 5. Direito fundamental ao meio
ambiente ecologicamente equilibrado. I. Amaral
Júnior, José Levi Mello do, orient. II. Título.

MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES

Direitos e deveres fundamentais ambientais como dimensão constitucional do Estado Ambiental: reflexões a partir do exemplo da Constituição brasileira

Tese apresentada à Banca Examinadora de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Direito, área de concentração “Direito do Estado”.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Professor Titular: José Levi Mello do Amaral Júnior (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo – FADUSP

Julgamento: _____

Professor (a) Doutor (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor (a) Doutor (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor (a) Doutor (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor (a) Doutor (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À Carol, minha esposa, com todo o meu amor!

AGRADECIMENTOS

O caminho de uma pesquisa de doutorado é desafiante e não faltam percalços, inquietações, dúvidas e privações necessárias. Mas ele oportuniza descobertas, diálogo, crescimento, aprendizado, reflexão e encontros com pessoas e com novos mundos. Este caminho não se percorre só. Por isso, alguns agradecimentos são necessários.

Agradeço à Ana Carolina Chagas Magalhães, minha esposa, por apoiar-me neste meu sonho e estimular-me sempre para que ele viesse a se realizar no Brasil e na Alemanha: sua paciência, seu suporte, e amor foram essenciais. Muito obrigado!

Agradeço a meus pais, Júlio e Assusete Magalhães, fonte de sabedoria, amor e estímulo constantes, exemplos da minha vida que não me cansarei de agradecer.

Aos meus irmãos, Ana Carolina e Marco Aurélio, e aos queridos Leonardo, Henrique e Rodrigo agradeço o apoio e carinho.

À Gilda e ao Chagas agradeço a atenção, o cuidado e o carinho de sempre!

Agradeço ao Professor Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior, exemplo de jurista e professor, de ser humano e educador. Sem sua generosidade, seu zelo como orientador e seu apoio incondicional, esta etapa não se concluiria a contento, e o período de pesquisa na Alemanha certamente não teria se concretizado.

Agradeço também ao Prof. Dr. Christian Calliess, que me recebeu com todo o suporte e apoio necessários para o aprofundamento desta pesquisa no âmbito da Faculdade de Direito da Freie Universität Berlin.

Agradeço ao Ministro Gilmar Mendes e ao Prof. Dr. Ingo W. Sarlet pelo apoio e estímulo decisivos para que eu pudesse realizar meu período de pesquisa na Alemanha.

Agradeço aos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com quem tive contato, cuja excelência e dedicação inspiraram esta pesquisa.

Agradeço à Procuradoria-Geral Federal, à Advocacia-Geral da União e à Escola da AGU pela concessão de todo o apoio logístico e necessário para a realização do período de pesquisa no exterior. Ao Dr. Renato Vieira, ao Dr. Dalton Moraes e à Dra. Carolina Sabóia, pelo apoio à dedicação exclusiva a este projeto.

Agradeço ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), que acreditou no projeto apresentado e me ofereceu todo o auxílio necessário para a dedicação à pesquisa na Alemanha. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico também agradeço o suporte concedido.

Agradeço ao Martin e à Angélica Hiltel por todo o préstimo e empenho que sempre me dispensaram para o aprendizado do alemão e da cultura alemã e por acreditarem comigo no sonho que se realizou.

À Ana Paula Carvalhal e ao Professor Levi, bem como ao Luiz Paulo e à Larissa, agradeço pela generosa assistência e acolhida sempre amiga em São Paulo.

Aos caros colegas Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, Carlos Vinicius Alves Ribeiro, João Marcos Amaral, Bruno Santos e Rafael Cortês pelo relacionamento fraterno na USP e pela amizade que – para minha alegria – perdura para além dele.

Aos ex-colegas do Supremo Tribunal Federal, com que tive a felicidade de conviver e aprender, agradeço todo o apoio, o que faço nos nomes de Sérgio Antônio Ferreira Victor e Beatriz Bastide Horbach.

Ao caro amigo Marco Aurélio Gomes Ferreira, agradeço a amizade e o apoio.

Ao amigo Flávio Unes Pereira por todo apoio e torcida durante essa etapa.

Ao amigo Fábio Quintas agradeço o incentivo para tornar este projeto realidade.

Agradeço à Rejane Rocha Netto e à Márcia Coelho pelo auxílio e boa vontade em me ajudar sempre durante a realização desta pesquisa.

Ao caro Prof. Hermann Schneider agradeço encarecidamente sua amizade e seu apoio incondicionais para o meu aperfeiçoamento na língua alemã e para o êxito deste estudo.

Ao Hanns Leisewitz e à Valentina Slaviero, meus anjos berlinenses! Agradeço todo o suporte e apoio de ontem, de hoje e de sempre!

Agradeço também à Sonia Cafarella, amiga querida e surpresa italiana em terras germânicas, pela amizade e apoio!

À Ana Guimarães Toledo, grata surpresa que os encontros da vida promovem, meu muito obrigado por todo o suporte e apoio para a finalização deste trabalho.

Agradeço também à Mirela Adriele da Silva Castro e ao Rogério Lacerda por todo o suporte, inimaginavelmente possível de acontecer, que foi tão essencial.

RESUMO

MAGALHÃES. Marco Túlio Reis. **Direitos e deveres fundamentais ambientais como dimensão constitucional do Estado Ambiental:** reflexões a partir do exemplo da Constituição brasileira. 2017. 457f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Analisa-se nesta tese a incorporação da proteção jurídica do meio ambiente no plano da Constituição, especialmente a partir de normas que definem deveres de proteção do Estado e direitos e deveres fundamentais de proteção ambiental como dimensão constitucional de implantação do Estado Ambiental. Essa análise toma como referência a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e especialmente o seu artigo 225. A investigação se inicia com a identificação de novos desafios e tarefas que o Estado Constitucional contemporâneo deve observar para lidar com problemas de proteção do meio ambiente. O direito internacional do meio ambiente e a discussão conceitual e normativa do desenvolvimento sustentável são fatores que exercem influência significativa para a constitucionalização da proteção do meio ambiente em diversos países e sobretudo no Brasil – conforme a análise do processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. O papel do Estado contemporâneo é discutido em face de novas propostas teóricas debatidas no direito público alemão (Estado Ambiental, Estado Constitucional Ecológico e Estado de Direito Ecológico) e que repercutem na discussão doutrinária brasileira e no direito comparado. A Constituição é identificada como uma relevante dimensão de concretização dos pressupostos do Estado Ambiental, capaz de absorver novas tarefas estatais e de regular novas formas de configuração da relação entre Estado e sociedade, em sintonia com uma adequada releitura do princípio da repartição (que é um pilar do Estado de Direito). Esse quadro mais amplo de investigação é complementado por uma análise jurídica e dogmática detalhada das principais categorias constitucionais que são utilizadas para incorporar a proteção ambiental na Constituição: a abordagem de um direito ao meio ambiente, a abordagem de um específico objeto do Estado, a abordagem de deveres de proteção atribuídos ao Estado e a abordagem de deveres fundamentais atribuídos aos indivíduos e à coletividade. Questiona-se a adequação dessas propostas, os problemas dogmáticos e teóricos que elas envolvem e os limites e possibilidades de sua concretização. A tese explicita que o conjunto de categorias constitucionais utilizadas para a proteção jurídica do meio ambiente na Constituição brasileira de 1988 – em especial direitos e deveres fundamentais ambientais – consiste em uma estrutura normativa complexa, multifacetada e dinâmica, que se configura como relevante dimensão constitucional de concretização do Estado Ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Direito Constitucional Ambiental. Estado Ambiental. Dever fundamental ambiental. Dever de proteção do Estado. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

MAGALHÃES. Marco Túlio Reis. **Direitos e deveres fundamentais ambientais como dimensão constitucional do Estado Ambiental:** reflexões a partir do exemplo da Constituição brasileira. 2017. 457f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis analyzes the incorporation of legal protection of the environment in the Constitution, especially from standards that define protection duties of the State and fundamental rights and duties of environmental protection as a constitutional dimension of implementation of the Environmental State. This analysis takes as reference the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, and especially its article 225. The investigation begins with the identification of new challenges and tasks that the contemporary Constitutional State must observe to handle problems of environmental protection. The international environmental law and the conceptual and normative discussion of sustainable development are factors that have a significant influence on the constitutionalization of environmental protection in several countries and especially in Brazil - according to process analysis by the National Constituent Assembly of 1987-1988. The role of the contemporary State is discussed in the light of new theoretical proposals debated in German public law (Environmental State, Eco-Constitutional State, and Ecological Rule of Law) and that have repercussions in the Brazilian doctrinal discussion and in the comparative law. The Constitution is identified as a relevant dimension of the implementation of the Environmental State assumptions, capable of absorbing new state tasks and regulating new forms of configuration of the relationship between State and society, in line with an adequate re-interpretation of the principle of allocation (which is a pillar of the Rule of Law). This broader framework of investigation is complemented by a detailed legal and dogmatic analysis of the major constitutional categories that are used to incorporate environmental protection into the Constitution: addressing a right to the environment, addressing a specific State object, addressing duties of protection attributed to the State and addressing fundamental duties attributed to individuals and the collectivity. We question the adequacy of these proposals, the dogmatic and theoretical problems that they involve and the limits and possibilities of their implementation. The thesis evidences that the set of constitutional categories used for the legal protection of the environment in the Brazilian Constitution of 1988 - in particular, fundamental environmental protection rights and duties - consists of a complex, multifaceted and dynamic normative structure, which constitutes the relevant constitutional dimension of implementation of the Environmental State in Brazil.

Keywords: Environmental Constitutional Law. Environmental State. Fundamental environmental protection duties. State protection duty. Fundamental right to ecologically balanced environment. Sustainable development.

KURZFASSUNG

MAGALHÃES. Marco Túlio Reis. **Direitos e deveres fundamentais ambientais como dimensão constitucional do Estado Ambiental:** reflexões a partir do exemplo da Constituição brasileira. 2017. 457f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Die Dissertation beschäftigt sich mit der Verankerung des Umweltschutzes in der Verfassung, insbesondere im Hinblick auf Verfassungsnormen über Schutzpflichten des Staates, Umweltgrundrechte und Umweltgrundpflichten als Dimension der Konkretisierung des Umweltstaates. Diese Arbeit beschäftigt sich hauptsächlich mit der brasilianischen Verfassung von 1988 und ihrem Artikel 225. Im ersten Teil dieser Untersuchung werden einige Überlegungen zu den neuen Herausforderungen und Staatsaufgaben des Verfassungsstaates im Bereich des Umweltschutzes vorgelegt. Das Umweltvölkerrecht und die begriffliche und juristische Diskussion zum Konzept der nachhaltigen Entwicklung sind bedeutsame Faktoren, die eine wichtige Rolle bei der Konstitutionalisierung des Umweltschutzes in vielen Staaten und insbesondere in Brasilien spielen, wie sich in der Gesetzgebungsentwicklung der Assembleia Nacional Constituinte von 1987-1988 zeigt. Zunächst soll die Rolle des Staates im Hinblick auf die theoretische Diskussion der deutschen Staatsrechtslehre (Umweltstaat, ökologischer Verfassungsstaat und ökologischer Rechtsstaat) und die jeweiligen Einflüsse auf die ausländische und brasilianische Staatsrechtslehre untersucht werden. Die Verfassung soll als relevante Dimension der Konkretisierung des Umweltstaates verstanden werden. Sie soll neue Staatsaufgaben verankern und sie soll die neuen Konfigurationsformen des Verhältnisses zwischen Staat und Gesellschaft im Einklang mit dem Verteilungsprinzip des Rechtsstaates regulieren. Angesichts dieses ersten Rahmens der Forschung wird die juristische und dogmatische Untersuchung der häufigsten verfassungsrechtlichen Kategorien der Verankerung des Umweltschutzes auf der Verfassungsebene weiterentwickelt werden. Diese verfassungsrechtlichen Kategorien sind Umweltgrundrechte, Staatszielbestimmungen, Schutzpflichten des Staates und Umweltgrundpflichten. Darüber hinaus soll die Konsistenz dieser verfassungsrechtlichen Kategorien, die dogmatischen und theoretischen Probleme und die Fähigkeit ihrer Konkretisierung hinterfragt werden. Abschließend soll dargelegt werden, dass die analysierten verfassungsrechtlichen Kategorien des Umweltschutzes in der brasilianischen Verfassung von 1988 – insbesondere Umweltgrundrechte und Umweltgrundpflichten – eine komplexe, dynamische und vielfältige normative Struktur bilden. Diese normative Struktur konstituiert eine bedeutsame verfassungsrechtliche Dimension der Konkretisierung des Umweltstaates in Brasilien.

Schlagwörter: Umweltverfassungsrecht. Umweltstaat. Umweltgrundpflichten. Schutzpflichten des Staates. Umweltgrundrechte. Nachhaltige Entwicklung.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CDFUE	Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature and Natural Resources</i>
Mercosul	Mercado Comum do Sul
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sema	Secretaria Especial do Meio Ambiente
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TTIP	<i>Transatlantic Trade and Investment Partnership</i>
TUE	Tratado da União Europeia
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	NOVOS DESAFIOS PARA O ESTADO CONSTITUCIONAL	23
1.1	Estado Social em crise e abertura a novos caminhos	23
1.2	Da defesa contra perigos à decisão sobre riscos: um cenário de incertezas?	29
1.3	O Estado sobrecarregado: a perda de sua capacidade diretiva e o desafio da responsabilidade de longa duração	32
1.4	Conclusão intermediária	42
2	DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FLUXOS E REFLUXOS PARA O DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL	45
2.1	O desenvolvimento do direito internacional do meio ambiente no século XX	45
<i>2.1.1</i>	<i>A perspectiva regional da União Europeia</i>	<i>57</i>
<i>2.1.2</i>	<i>A perspectiva regional do Mercosul</i>	<i>64</i>
<i>2.1.3</i>	<i>O destaque da Conferência Rio+20</i>	<i>66</i>
<i>2.1.4</i>	<i>Balanço crítico</i>	<i>72</i>
2.2	O desenvolvimento sustentável como leito de Procusto: <i>one size fits all</i>?	76
<i>2.2.1</i>	<i>Origens históricas e conceituação</i>	<i>77</i>
<i>2.2.1.1</i>	<i>A precursora (e presente) ideia de sustentabilidade</i>	<i>83</i>
<i>2.2.2</i>	<i>Desvendando a trama do desenvolvimento sustentável no relatório final da Conferência Rio+20: o que pode estar por trás do “futuro que queremos”?</i>	<i>91</i>
<i>2.2.2.1</i>	<i>O auxílio da lupa do debate sobre direito e desenvolvimento</i>	<i>93</i>
<i>2.2.2.2</i>	<i>Aproximações à ideia de desenvolvimento como <i>rule of law</i> e como desenvolvimento institucional</i>	<i>94</i>
<i>2.2.2.3</i>	<i>Aproximações à ideia de desenvolvimento institucional, experimentalismo e aprendizagem</i>	<i>97</i>
<i>2.2.2.4</i>	<i>Balanço crítico</i>	<i>101</i>
2.3	A abordagem normativa do desenvolvimento sustentável	103
<i>2.3.1</i>	<i>Nível internacional</i>	<i>103</i>
<i>2.3.2</i>	<i>Nível constitucional dos países</i>	<i>108</i>
2.4	Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável: a recepção dos fluxos do debate nacional e internacional	112
<i>2.4.1</i>	<i>Aspectos ligados ao cenário internacional</i>	<i>117</i>

2.4.2	<i>Aspectos ligados à linguagem de direitos e deveres de proteção ambiental</i>	124
2.4.3	<i>Balanço crítico da constitucionalização da proteção ambiental pela ANC</i>	126
2.5	A proteção ambiental como norma constitucional: reflexos para um constitucionalismo verde?	128
2.5.1	<i>A experiência nos países da península ibérica</i>	129
2.5.1.1	A proteção ambiental na Constituição de Portugal	130
2.5.1.2	A proteção ambiental na Constituição da Espanha	131
2.5.2	<i>A experiência em alguns países da Europa ocidental</i>	132
2.5.2.1	A proteção ambiental na Constituição da Grécia	133
2.5.2.2	A proteção ambiental na Constituição da Bélgica	134
2.5.2.3	A proteção ambiental na Constituição da Itália	136
2.5.2.4	A proteção ambiental na Lei Fundamental da Alemanha	137
2.5.2.5	A proteção ambiental nos textos de valor constitucional da França	140
2.5.3	<i>A experiência de países da tradição do Common Law</i>	141
2.5.4	<i>A experiência de países latino-americanos</i>	142
2.5.4.1	A proteção ambiental na Constituição do Peru	145
2.5.4.2	A proteção ambiental na Constituição da Argentina	146
2.5.4.3	A proteção ambiental na Constituição do Brasil	148
2.5.5	<i>Formas de normatização constitucional da proteção ambiental</i>	150
2.6	Conclusão intermediária	152
3	A EMERGÊNCIA DE UM ESTADO AMBIENTAL: UM CAMINHO CONSTITUCIONALMENTE POSSÍVEL?	155
3.1	Noções preliminares	155
3.2	A origem do debate na literatura de língua alemã	157
3.2.1	<i>O Estado Ambiental conforme Michael Kloepper</i>	159
3.2.2	<i>O Estado Constitucional Ecológico conforme Rudolf Steinberg</i>	164
3.2.3	<i>O Estado de Direito Ecológico conforme Klaus Bosselmann</i>	167
3.3	De utopia à distopia: o perigo de uma “ecoditatura” e de um Estado autoritário?	174
3.4	A crítica ao conceito de Estado Ambiental na literatura alemã	179
3.5	Reflexos da discussão do Estado Ambiental na América Latina	182
3.5.1	<i>A travessia ibero-americana de um conceito?</i>	182
3.5.2	<i>A recepção da discussão do Estado Ambiental no Brasil</i>	185
3.5.3	<i>A discussão do Estado Ambiental em outros países da América Latina</i> ...	190
3.5.4	<i>Balanço crítico</i>	192
3.6	A Constituição como dimensão de concretização de pressupostos do Estado Ambiental	194
3.7	Entre liberdade, democracia e responsabilidade: uma revisita à relação entre Estado, indivíduo e coletividade	197
3.7.1	<i>Quem deve ser o guardião do meio ambiente?</i>	198

3.7.1.1	A ideia do Estado Relacional e a figura da corresponsabilidade	201
3.7.1.2	A questão do princípio da repartição no Estado de Direito	204
3.7.1.2.1	O exemplo do debate no campo do direito administrativo	210
3.7.1.2.2	O exemplo do debate no campo do direito ambiental	211
3.7.2	<i>A experiência brasileira e o caminho da Constituição de 1988</i>	214
3.7.2.1	Ampliação e modulação do cânone democrático a partir da Constituição?	218
3.7.2.2	Das bases da participação política aos pilares da participação administrativa?	222
3.8	Conclusão intermediária	224
4	DIREITO AO MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	229
4.1	Noções preliminares	229
4.1.1	<i>Importância da definição jurídica de meio ambiente: conceito amplo ou estrito</i>	230
4.2	Direito ao meio ambiente e direitos humanos	233
4.2.1	<i>Convenção Europeia de Direitos Humanos</i>	234
4.2.2	<i>Convenção Americana de Direitos Humanos</i>	238
4.2.3	<i>Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos</i>	239
4.2.4	<i>O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais</i>	239
4.2.5	<i>Declaração Universal de Direitos Humanos e Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</i>	240
4.2.6	<i>Balanço crítico</i>	240
4.3	Direito ao meio ambiente como direito fundamental material	241
4.3.1	<i>A argumentação em prol de um direito fundamental ao meio ambiente</i>	242
4.3.1.1	O argumento de um direito fundamental de terceira geração	242
4.3.1.2	O argumento da fundamentalidade formal e material	247
4.3.1.3	O argumento do critério de interpretação literal	250
4.3.1.4	O argumento do direito ao meio ambiente como extensão do direito à vida	251
4.3.1.5	O argumento da dimensão ecológica dos direitos fundamentais	251
4.3.1.6	O argumento de um feixe de posições jurídicas subjetivas	252
4.3.1.7	O argumento da figura de um direito-dever	254
4.3.2	<i>A crítica ao direito ao meio ambiente como direito fundamental subjetivo autônomo</i>	256
4.3.2.1	A crítica na doutrina jurídica alemã	256
4.3.2.2	A crítica na doutrina jurídica espanhola	261
4.3.2.3	A crítica na doutrina jurídica portuguesa	263
4.4	Direito ao meio ambiente como direito fundamental procedimental	265
4.5	Direito ao meio ambiente no art. 225 da Constituição de 1988	270
4.5.1	<i>Noções preliminares</i>	270
4.5.2	<i>Discussão doutrinária</i>	271

4.5.2.1	Amplitude do conceito jurídico de meio ambiente	277
4.5.2.2	Titularidade do direito ao meio ambiente	279
4.5.2.3	Eficácia do direito ao meio ambiente	279
4.6	Conclusão intermediária	280
5	DEVERES DO ESTADO E PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE	286
5.1	A figura do dever estatal como norma de competência?	286
5.2	A figura do dever estatal como específico objetivo constitucional do Estado	291
5.3	A figura dos deveres de proteção atribuídos ao Estado em face da dimensão objetiva dos direitos fundamentais	295
5.3.1	<i>A dimensão objetiva dos direitos fundamentais</i>	295
5.3.2	<i>A doutrina dos deveres de proteção atribuídos ao Estado (Schutzpflichten)</i>	297
5.3.3	<i>Proteção ambiental e deveres de proteção atribuídos ao Estado</i>	301
5.4	O dever estatal de proteção ambiental na Constituição de 1988	304
5.4.1	<i>Competências constitucionais do Estado em matéria ambiental</i>	304
5.4.2	<i>O objetivo constitucional de proteção ambiental no artigo 225 da Constituição</i>	309
5.4.3	<i>O dever estatal de proteção ambiental no artigo 225 da Constituição ..</i>	314
5.5	Conclusão intermediária	320
6	DEVERES FUNDAMENTAIS E PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE	326
6.1	Dever de proteção do meio ambiente atribuído à coletividade como motivo de interesse para revisitar o tema dos deveres fundamentais	327
6.1.1	<i>Referências na doutrina do direito comparado</i>	329
6.1.2	<i>Referências na doutrina brasileira</i>	334
6.2	Compreensão dogmática dos deveres fundamentais	335
6.2.1	<i>Conceituação dos deveres fundamentais</i>	336
6.2.2	<i>Aspectos estruturais dos deveres fundamentais</i>	340
6.2.3	<i>Fundamento dos deveres fundamentais</i>	342
6.2.4	<i>A obrigatória relação assimétrica entre direitos e deveres fundamentais</i>	354
6.2.5	<i>Exemplos e classificações</i>	358
6.2.6	<i>Uma categoria distinta das limitações ou restrições a direitos fundamentais</i>	367
6.2.7	<i>Deveres fundamentais e Direito Internacional</i>	372
6.3	Deveres fundamentais e proteção ambiental: uma relação possível?	379
6.3.1	<i>Referências doutrinárias no direito comparado</i>	381
6.3.1.1	<i>Alemanha</i>	381

6.3.1.2	Suíça	385
6.3.1.3	Portugal	386
6.3.1.4	Espanha	387
6.3.2	<i>Dever fundamental ambiental e a Constituição de 1988</i>	388
6.3.2.1	Discussão doutrinária sobre um dever fundamental no artigo 225	388
6.3.2.2	Formas de normatização do dever fundamental ambiental no texto constitucional	391
6.3.2.3	Multifuncionalidade normativa dos deveres fundamentais ambientais ...	393
6.3.2.4	Eficácia das normas consagradoras de deveres fundamentais ambientais	394
6.3.2.5	Titularidade do dever fundamental ambiental	398
6.4	Conclusão intermediária	400
	CONCLUSÃO	410
	REFERÊNCIAS	418

INTRODUÇÃO

O presente trabalho ocupa-se do tema da proteção constitucional do meio ambiente a partir da análise de seu enquadramento em três principais categorias jurídico-constitucionais: direitos, deveres de proteção atribuídos ao Estado e deveres atribuídos aos indivíduos e à coletividade.

Pretende-se investigar a adequação dogmática dessas opções de estruturação normativa da proteção ambiental no nível constitucional, a sua pertinência como norma constitucional e em que medida elas influenciam a compreensão do papel e das funções do Estado Constitucional contemporâneo.

Por um lado, essa opção do legislador parece se referir ao fenômeno de alargamento do “campo” constitucional, para a inserção de novos elementos econômicos e sociais.¹ Essa opção acarreta, por vezes, a sobrecarga do Estado na medida em que assume um conjunto cada vez maior de funções, sem que necessariamente tenha condições de responder satisfatoriamente.

Por outro lado, a relevância que a questão ambiental passa a ter nos últimos anos também levanta a pergunta sobre a relação da proteção ambiental com o fim da garantia da segurança jurídica e em que medida a sua não observância pode comprometer a legitimidade do Estado.

Nesse sentido, basta lembrar a advertência de Stefano Grassi de que, na atualidade, as normas constitucionais já não podem deixar de dar resposta ao desafio ambiental.²

A nossa Constituição reservou-nos um grande desafio para implantar a proteção do meio ambiente, a partir de uma estruturação normativa complexa e multifacetada, que exige não só uma contínua densificação no plano infraconstitucional, mas também uma contínua interpretação e um desenvolvimento sobre as potencialidades normativas das determinações constitucionais.

Em outras palavras, é preciso aprofundar a análise acerca de nossa Lei Maior, que demanda um modelo de gestão abrangente, dinâmico e cooperativo de preservação ambiental, para concretizar um grande número de tarefas (executivas, legislativas e judiciais), potencializar a necessidade de atuação integrada de todos os participantes, em

¹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

² GRASSI, Stefano. **Problemi di diritto costituzionale dell'ambiente**. Milano: Giuffrè, 2012. p. 17 e ss.

uma adequada estrutura institucional, e colocar em evidência o dever de participação pública de defender e preservar o meio ambiente em prol das presentes e futuras gerações.

Constata-se a necessidade de contínua (re)significação constitucional do sentido, da estrutura e dos fundamentos de ação de nosso Estado de Direito em termos de proteção ambiental. Nesse aspecto, ressalta-se a exigência de reflexão sobre sua (re)organização institucional e sobre a disciplina, a promoção e o controle de seu poder – especialmente em contraposição à ideia de um Estado Ambiental e a partir da compreensão da estrutura normativa constitucional, no sentido de se interpretar adequadamente os limites e possibilidades de afirmação de deveres de proteção ambiental correlatos a um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando-se que tais deveres são impostos simultaneamente ao Poder Público e à coletividade.

O modelo normativo constitucional adotado pela Constituição brasileira de 1988 sugere a possibilidade de afirmação de existência de direitos e deveres fundamentais ambientais que podem traduzir uma nova dimensão significadora da ideia do Estado de Direito contemporâneo – à semelhança do que se tem discutido em outros países (como na Alemanha), a partir da ideia de um Estado Ambiental.

Desse modo, pretende-se investigar o tema a partir de um cotejo com a doutrina do direito comparado (sobretudo quanto à possibilidade de afirmação de deveres fundamentais ambientais correlatos ou associados ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; e quanto à compatibilidade entre as ideias de Estado Ambiental e Estado de Direito), com vistas a alcançar ganhos objetivos na compreensão e (re)significação do arranjo normativo-constitucional voltado à proteção do meio ambiente no Estado de Direito brasileiro.

A justificativa da escolha do tema e da forma de sua abordagem reside no fato de que ainda é pouco explorado e debatido na atualidade um regime, ou uma teoria, dos deveres fundamentais que considerem a perspectiva mais recente de direitos de terceira dimensão, comumente identificados como de natureza transindividual ou difusa, calcados num princípio geral de solidariedade e de responsabilidade comunitária.³

³ Cf. FÜHR, Martin. Ökologische Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension - Vom Grundrechtsindividualismus zur Verantwortungsgemeinschaft zwischen Bürger und Staat? **Natur und Recht**: Zeitschrift für das gesamte Recht zum Schutze der natürlichen Lebensgrundlagen und der Umwelt, v. 20, n° 1, p. 6 e ss., 1998; HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Vom Staatsziel Umweltschutz zum Gesellschaftsziel Umweltschutz: zur Notwendigkeit hoheitlicher Regulierung gesellschaftlicher Selbstregulierung, illustriert an Beispielen aus der Energiewirtschaft. **Die Verwaltung**: Zeitschrift für Verwaltungsrecht und Verwaltungswissenschaften. v. 28. Berlin: Duncker & Humblot, 1995. p. 425-448.

Ainda que se defenda a prevalência dos direitos sobre os deveres, é importante aprofundar tal perspectiva, sobretudo em razão da complexidade dos novos direitos acima mencionados.

Além disso, essa discussão, que envolve um redimensionamento exigido entre a liberdade individual e a responsabilidade comunitária dos cidadãos, envolve uma reflexão dos próprios limites e possibilidades de o Estado de Direito brasileiro responder a esses desafios. A questão é bem ilustrada na seara da proteção ambiental e, sobretudo, a partir da Constituição brasileira de 1988, que expressamente dispôs acerca de um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e de um dever imposto ao Poder Público e à coletividade, para defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A pergunta acerca do sentido, da natureza, das formas de concretização de um dever imposto ao Poder Público e à coletividade – e, em última instância, ao indivíduo – ressalta a importância de se bem delimitar e compreender o sentido normativo-constitucional dessa figura, a fim de evitar uma indevida violação de direitos fundamentais, bem como fomentar a realização de um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

De outro lado, a importância do tema se evidencia não apenas do ponto de vista normativo, mas também do ponto de vista estrutural do Estado de Direito brasileiro, ao se perguntar se realmente está a se admitir uma dimensão de proteção ambiental efetiva, à semelhança do que se discute acerca da ideia de um Estado Ambiental na Alemanha.

Diante desse quadro, passa-se a delinear as principais frentes de análise que se buscarão imprimir no presente estudo.

O primeiro Capítulo pretende identificar fatores que conduzem o Estado a decidir pela proteção jurídico-constitucional do meio ambiente. Essa proposta de análise é dirigida em três etapas. Em primeiro lugar, conectar a discussão com o debate sobre a crise do Estado Social para se questionar se a proteção do meio ambiente teria relação com a referida crise. Em seguida, exploram-se aspectos ligados à noção de riscos e perigos, para se avaliar em que medida os problemas ambientais e tecnológicos pressionam por mudanças na estrutura administrativa do Estado.

As duas considerações são complementadas pela observação de pontos críticos que criam dificuldades e inoperâncias para o Estado Constitucional contemporâneo e em que medida a discussão proposta influencia esses problemas.

Em uma ampliação da perspectiva de análise, passa-se a investigar que fatores decorrentes do direito internacional influíram na opção de constitucionalização da proteção ambiental por diversos países. Parte-se da consideração de que o desenvolvimento político-

jurídico da proteção ambiental nos países pode ser mais bem apreciado por meio da análise de influência que guarda com o direito internacional e supranacional.

Além disso, tendo a Constituição de 1988 surgido logo após a divulgação do Relatório Brundtland (abril de 1987) e um pouco antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92 ou Rio 92), apresenta-se aqui um cenário interessante para se aprofundar o tema.

Assim, pretende-se avaliar o crescente debate acerca da compreensão histórica, política e normativa da ideia de desenvolvimento sustentável e a análise de novos desafios relativos à dinâmica de regulação ambiental no plano global, para se perguntar se auxiliam na compreensão da organização político-estatal no plano nacional.

Em seguida, analisam-se aspectos do relatório final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20) e a influência que pode ter para o debate aqui proposto.

No terceiro Capítulo visa-se à discussão sobre o papel do Estado em face dos desafios ligados à proteção do meio ambiente. Enfatiza-se o estudo de três propostas teórico-dogmáticas debatidas no direito público alemão e que identificam a assunção da tarefa de proteção ambiental pelo Estado como elemento propulsor de rediscussão de sua estrutura e de seu funcionamento.

Tal análise pretende evidenciar os principais elementos caracterizadores dessa proposta, as críticas que lhes são correlatas e a repercussão que têm causado na doutrina do direito comparado e do Brasil.

Em seguida, será apreciado o papel da Constituição nesse contexto, questionando-se a capacidade de ela servir como um elemento integrador dos novos desafios ambientais e das consequências que eles produzem em relação à manutenção das garantias do Estado de Direito.

A discussão se desdobra no tema do redimensionamento da relação entre Estado e Sociedade. O especial enfoque aqui é dirigido às consequências desse debate em relação à interpretação do princípio da repartição (elemento essencial da compreensão do Estado de Direito) na atualidade. Teria ele perdido sentido?

Em face do quadro analisado, inicia-se a conexão dos pontos investigados com a realidade brasileira, apreciando-se as bases democráticas participativas e representativas – no campo político e no campo administrativo – que estão sedimentadas em nossa ordem constitucional, a fim de se investigarem as potencialidades de uma relação dinâmica entre Estado e Sociedade no tema em apreço.

Após a observação crítica das principais referências teórico-dogmáticas envolvidas no presente estudo, parte-se para a análise dogmática detalhada das categorias constitucionais antes indicadas: direitos, deveres de proteção atribuídos ao Estado e deveres fundamentais.

O quarto Capítulo enfrenta a abordagem constitucional da proteção ambiental a partir da afirmação de um direito, buscando evidenciar a influência e as relações dessa perspectiva com a linguagem do direito internacional. É feita uma análise dos principais instrumentos regionais de proteção de direitos humanos, a fim de se identificarem estruturas normativas assemelhadas à proposta em estudo.

A seguir, a controvérsia na doutrina e os principais argumentos apontados pelos defensores e opositores dessa opção são apreciados, com o fim de se estabelecer uma plataforma mais abrangente de análise da opção constitucional brasileira contida no artigo 225 da Constituição de 1988.

Pretende-se avaliar em que medida essa opção atende a adequados pressupostos dogmáticos e de que forma ela pode ser compatibilizada com os pressupostos do Estado Ambiental na ordem constitucional brasileira.

A segunda forma de abordagem constitucional de proteção ambiental analisada no Capítulo cinco é a definição de um dever constitucional dirigido ao Estado. O primeiro ponto crítico é identificar se é suficientemente adequado se falar em dever constitucional ou se é necessário ter maior precisão jurídica e dogmática nesse contexto.

Parte-se do pressuposto de que é possível imaginar um feixe variado de atribuições que ostentam diferentes cargas normativas. Nesse viés, a observação é inicialmente centrada nas normas que estipulam competências legislativas, e executivas.

Soma-se a elas a avaliação crítica sobre normas que atribuem um princípio geral de ação estatal, normas que determinam deveres específicos e normas que atribuem deveres dirigidos ao Estado e à coletividade.

Esses passos iniciais procuram precisar os conceitos e fórmulas adotados, com o fim de obter maior clareza na investigação da estrutura jurídica de um dever estatal de proteção ambiental na Constituição de 1988.

O enfoque de investigação se direciona ao estudo das normas que estabelecem um dever estatal de proteção ambiental (em sentido estrito), para se perguntar sobre a sua natureza, a sua estruturação e a sua eficácia. É a discussão que a doutrina alemã desenvolve como deveres de proteção (*Schutzpflichten*) do Estado.

perspectiva de análise do dever. Mas os aspectos concretos de identificação do objeto e do destinatário ainda enfrentariam problemas interpretativos.

Outros autores também afirmam a possibilidade de eficácia imediata, sem necessária interposição legislativa, mas exigem prudência e cuidado na fixação da sua intensidade, em observância da dignidade humana e – no que se refere ao meio ambiente – do mínimo de qualidade ambiental (aquilo que Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer denominam de “mínimo existencial socioambiental”).

Procurou-se demonstrar que essa maior divergência diz respeito à eficácia que possa vincular diretamente o dever ao indivíduo e restringir direitos. Todavia, foi ressaltado que é possível pensar em um feixe de efeitos distintos (e com graus diferentes de intensidade) decorrentes das normas constitucionais e – em especial – das que estão presentes no artigo 225 da Constituição de 1988. Dessa maneira, foi evidenciado um conjunto de possíveis funções importantes decorrentes das normas consagradoras do dever fundamental ambiental, como: delimitar o exercício dos direitos fundamentais em favor do bem comum; auxiliar o processo de interpretação e aplicação da legislação infraconstitucional pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário; conferir um efeito declaratório que explicita ao indivíduo e à coletividade a relevância da proteção do meio ambiente como valor constitucional; aproximar a sua compreensão à de um mandamento ao legislador (aspecto ressaltado sobretudo pela doutrina que nega a eficácia direta).

Quanto ao aspecto da titularidade, buscou-se demonstrar a dificuldade de sistematização desse tema no campo do dever fundamental ambiental, em razão de se lidar com um bem público e indivisível que teria, em princípio, uma titularidade difusa e que depende, em boa medida, das circunstâncias fáticas conformadoras do caso concreto. A opção por identificar a coletividade não auxilia muito uma melhor precisão do assunto em tela.

A discussão sobre o beneficiário do dever também não encontra acomodação tão simples. Desse modo, não se trata de dizer que é impossível a determinação da titularidade do dever. Apenas se ressalta que, a partir de uma paleta aberta de opções possíveis, o caso concreto, a determinação legislativa e outras possíveis formas de concretização irão guiar a definição precisa do dever fundamental em cada situação.

O estudo realizado no presente Capítulo teve o intuito de aprofundar a compreensão jurídico-dogmática do dever fundamental atribuído à coletividade no artigo 225 da Lei Maior brasileira. Trata-se de uma categoria constitucional que se pode reconhecer como autônoma, ainda que no caso da proteção do meio ambiente seja inegável a sua forte

aproximação temática e estrutural (porque inserida no mesmo complexo normativo) com a norma do enunciado de um direito ao meio ambiente e um dever do Estado (compreendido tanto na perspectiva de um dever positivo de ação quanto na perspectiva de um específico objetivo constitucional).

Essa peculiaridade normativa da Constituição brasileira, que guarda certa semelhança com a experiência constitucional portuguesa, justifica a compreensão de uma norma constitucional que aglutina as posições de direito e de dever. Contudo, é preciso cuidado na interpretação dessa consideração, sobretudo ao se tratar do reconhecimento de deveres fundamentais, para que não se aceite – implicitamente – a adesão a uma funcionalização de direitos em razão da dimensão do dever.

Para além desse aspecto dogmático mais específico, buscou-se demonstrar aqui que a proteção constitucional do meio ambiente por meio da instituição de deveres fundamentais ambientais é possível e se compatibiliza com os pressupostos de concretização de um Estado Ambiental no Brasil, sem que haja prejuízo das garantias de segurança jurídica e de defesa dos direitos fundamentais.

Além disso, trata-se de uma figura constitucional que ressalta o redimensionamento possível da relação entre Estado e sociedade e do princípio da repartição em uma nova perspectiva e em sintonia com a concretização de um desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

Metaforicamente, o desenvolvimento do Estado Constitucional contemporâneo não ocorre à beira de um lago, em um ambiente bucólico e sereno, propício à meditação e em sintonia com a natureza e os animais. Pelo contrário! Há muitas inquietações, problemas novos e vicissitudes antigas que insistem em desafiar a sua ordem, a sua capacidade de manter-se firme, coerente, seguro e habilitado a controlar tudo o que ocorre ao seu redor.

As caracterizações do Estado ilustradas neste estudo evidenciam essa situação de insegurança e incômodo – e.g. “o Estado Constitucional corre perigo” (Rudolf Steinberg); “o Estado sobrecarregado” (Roman Herzog).

Uma das fontes de inquietação do Estado é a crise ecológica, os impactos da técnica moderna e os problemas ambientais. A demanda social por melhor qualidade de vida fomentou a tutela jurídica e constitucional do meio ambiente em muitos países.

A proteção ambiental como norma constitucional e como tarefa estatal é um desafio para o direito constitucional e a teoria do Estado, pois se alarga o campo constitucional para inserir novos elementos junto aos temas da clássica Constituição Política. Entretanto, assumir esse compromisso é uma condição de legitimidade do Estado Constitucional contemporâneo – pelo menos para o fim de garantir segurança jurídica.

Se essa nova tarefa não é culpada por velhas vicissitudes do Estado (crise da lei e da legislação, excesso de normas programáticas, perda da imperatividade e legitimidade da Constituição, sobrecarga e ineficiência estatal), acaba por potencializá-las indiretamente.

O enfrentamento desse quadro passa pelo redimensionamento do Estado (estrutura, função, papel, finalidades) e pela discussão do assento reservado para o direito constitucional se fazer presente e contribuir com o seu potencial normativo para a realização desse novo valor constitucional.

O direito e a política internacionais e supranacionais foram decisivos na incorporação da proteção ambiental como norma constitucional em diversos países desde a década de 70 (século XX). A linguagem internacional, presente em instrumentos e declarações diversas, contribuiu para esse fenômeno. Isso também foi ilustrado aqui a partir da análise do discurso internacional do desenvolvimento sustentável e do Relatório final da Conferência Rio+20. Eles revelam uma complexa trama de conceitos, abordagens e projetos que influem na compreensão normativa de proteção ambiental no nível

constitucional, além de carregar consigo abordagens ligadas às ideias de direito e desenvolvimento e de abordagens institucionais, experimentalistas e de aprendizagem.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido recepcionado em textos constitucionais de diversos países (de forma expressa ou implícita) até hoje – e.g. a Carta Ambiental Francesa de 2004 e o projeto de alteração da Lei Fundamental alemã em curso para a inserção do objetivo da sustentabilidade (*Nachhaltigkeit*). A sua definição conceitual e normativa não encontra consenso no direito internacional, identificado com diversas categorias – e.g. princípio político, *soft law*, norma derivável do direito costumeiro internacional, metaprincípio. Essas dificuldades são transportadas para o campo constitucional.

Alguns aspectos da análise dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte evidenciaram a menção a elementos do direito internacional e de textos constitucionais de Portugal (1976), da Espanha (1978) e da Grécia (1975) como dados relevantes para a normatização constitucional da proteção ambiental no Brasil. Isso também se verifica quanto a propostas de inserção de direitos e deveres (dirigidos ao Estado, aos cidadãos, a todos) em sugestões de redação do novo texto constitucional e no Anteprojeto Constitucional da Comissão Afonso Arinos (que previa um direito e deveres ambientais de todos e, prioritariamente, do Estado).

A identificação ilustrativa de textos constitucionais surgidos após a década de 70 (século XX) reforçam a imagem de um crescente debate sobre normas constitucionais ambientais como um fenômeno existente na experiência constitucional de muitos países.

Novos modelos de compreensão do Estado enfatizam o desafio de proteção ambiental como impulso para um redimensionamento de seu papel, de sua estrutura, de sua finalidade e de suas funções. Os conceitos alemães de Estado Ambiental (*Umweltstaat*) de Michael Kloepper, de Estado Constitucional Ecológico (*der ökologische Verfassungsstaat*) de Rudolf Steinberg e de Estado de Direito Ecológico (*der ökologische Rechtsstaat*) de Klaus Bosselmann são importantes referências para uma compreensão jurídico-constitucional do papel do Estado em face dos desafios de proteção ambiental – ainda que pautados em premissas distintas.

A proposta do Estado Ambiental de Michael Kloepper é a que melhor detalha o papel do Estado em sintonia com aspectos constitucionais e jurídicos de sua compreensão – sem que isso prejudique o apoio em elementos relevantes dos demais modelos. Ela acentua o redimensionamento estrutural do Estado e da sua legitimação interventora, a necessidade de controlar o aumento do poder estatal para intervenções restritivas na

liberdade individual e econômica, a responsabilidade num Estado Constitucional, o respeito ao espaço legítimo de decisão parlamentar e de conformação legislativa para definir políticas e soluções e o redimensionamento da relação entre Estado e sociedade.

O modelo de Rudolf Steinberg enfatiza a integração do desafio de proteção ambiental no Estado Constitucional e a necessidade de sua reestruturação; a conciliação entre a liberdade (em sentido liberal) e as suas restrições ligadas à necessidade de proteção do meio ambiente; o papel relevante de uma Constituição Ecológica que fomente processos de diálogo, deliberação e livre convencimento; a preferência por uma proteção constitucional do meio ambiente eminentemente procedimental.

O modelo de Klaus Bosselmann identifica a Constituição como campo central da discussão de valores e princípios gerais de uma sociedade que pode conter quatro grandes frentes normativas: um objetivo constitucional ecológico, os direitos fundamentais com dimensão ecológica, o reconhecimento do valor intrínseco da natureza e a orientação ecologicamente equilibrada do conceito de propriedade.

A apreciação desses modelos e das críticas existentes a seu respeito permite identificar questões que podem ser pensadas para além do contexto inicial e que podem auxiliar o debate de implantação de um modelo de Estado Ambiental no Brasil.

A utilização desses conceitos (e outros assemelhados) pela doutrina brasileira deve ser feita com rigor crítico, evitando-se ilações de que a mera existência de normas constitucionais ambientais garante a existência do Estado Ambiental brasileiro. A proposta do Estado Ambiental vai muito além do recorte jurídico que lhe possa ser feito.

A existência de normas constitucionais ambientais em nossa Lei Maior permite supor apenas que a Constituição se abre para o desafio de proteção ambiental e que essas normas podem se configurar como potencial dimensão constitucional de concretização dos pressupostos do Estado Ambiental no Brasil.

A Constituição deve integrar os novos desafios ambientais, harmonizar os pressupostos do Estado Ambiental e as garantias do Estado Constitucional, bem como evitar a supervalorização da questão ambiental em desfavor de outros bens, valores e direitos.

O redimensionamento da relação entre Estado e sociedade é um aspecto central de compreensão do Estado Ambiental, exige uma ação conjugada entre Estado, indivíduo e sociedade e evidencia uma relação entre liberdade e responsabilidade. Nesse sentido, são pertinentes a pergunta de Christian Calliess sobre quem deve ser o “guardião do meio ambiente” („Hüter der Umwelt”), o debate sobre o Estado Relacional, a ideia de

corresponsabilidade (*corresponsabilidad*) e a preocupação com a criação de redes e articulações do Estado e da sociedade.

O princípio da repartição (*Verteilungsprinzip*) tem destaque na discussão da relação entre Estado e sociedade e é compreendido como um pilar do Estado de Direito, pois define que as esferas do indivíduo e da sociedade são essencialmente livres, mas que a esfera de competência do Estado é sempre limitada (conforme a lição de Carl Schmitt).

Contudo, sua interpretação não deve concluir por uma separação absoluta e estática (*Trennung*), mas estabelecer uma diferenciação (*Unterscheidung*) e correlação (*Wechselbeziehung*) dinâmicas entre Estado e sociedade. O dinamismo não significa borrar as suas linhas divisórias, mas equilibrá-las em face de novas demandas e desafios.

A Constituição de 1988 funda-se em bases democráticas e participativas e permite discutir a relação entre Estado e sociedade a partir de mecanismos representativos e de participação direta. Isso também se evidencia em seu artigo 225.

A referência a um conjunto de elementos democráticos representativos e a abertura a elementos democráticos participativos – no campo político e no campo administrativo – reforçam a possibilidade da compreensão da Constituição de 1988 como potencial dimensão de concretização de pressupostos do Estado Ambiental no Brasil.

O papel do Estado e da Constituição, a influência do direito internacional e o redimensionamento da relação entre Estado e sociedade informam a compreensão dogmática das normas constitucionais ambientais.

O artigo 225 da Lei Maior apresenta estrutura normativa peculiar em nossa tradição constitucional. Ele prevê textualmente um direito de todos e um dever genérico do Estado e da coletividade de defesa e preservação do meio ambiente. O estudo dogmático das categorias existentes no artigo em comento, em cotejo com a discussão doutrinária nacional e o direito comparado, é um passo relevante para se questionar se elas podem traduzir uma dimensão constitucional de concretização dos pressupostos do Estado Ambiental no Brasil.

A afirmação de um direito ao meio ambiente na Constituição é uma estratégia que ganhou terreno no direito comparado e no Brasil, mas muitos países a rejeitam. Essa estratégia tem forte vinculação com a linguagem de documentos e instrumentos do direito internacional ambiental. O direito internacional dos direitos é mais restritivo nesse ponto, ainda que existam declarações e instrumentos regionais de proteção que mencionem essa figura (Carta Africana e Convenção Americana de Direitos Humanos).

Há controvérsia doutrinária sobre a configuração do direito ao meio ambiente como direito fundamental material subjetivo e autônomo. As críticas apontam a existência de um interesse coletivo não individualizável, o caráter vago do enunciado, a indefinição da sua titularidade e a difícil acomodação dessa hipótese como direito fundamental individual.

A doutrina que defende a abordagem de um direito apresenta diversos argumentos – teoria geracional de direitos, direito-dever, literalidade do enunciado normativo, fundamentalidade formal e material, extensão do direito à vida, dimensão ecológica de outros direitos, feixe de posições jurídicas subjetivas.

A maior parte da doutrina brasileira adota um conceito de meio ambiente em sentido amplo e assume a defesa de um direito fundamental ao meio ambiente no artigo 225 da Constituição de 1988, com aplicabilidade imediata, por força do art. 5º, §2º, da CF/88.

Outra abordagem de um direito ao meio ambiente é a de direito procedimental, que assegura pretensões jurídicas procedimentais pautadas em critérios de informação, participação e acesso à justiça. Essa abordagem também pode ser identificada a partir do artigo 225 de nossa Lei Maior.

Independentemente das controvérsias existentes, a previsão de um direito ao meio ambiente reconhece o papel dos indivíduos e da coletividade para uma construção democrática de proteção ambiental e promoção de uma sadia qualidade de vida, o que reforça a exigência de atuação do Estado.

Nesse sentido, entende-se aqui que um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto em nossa Lei Maior, revela-se como uma potencial dimensão constitucional de concretização do Estado Ambiental na ordem jurídica brasileira.

A afirmação de um dever constitucional de proteção ambiental do Estado é muito ampla e não traz uma definição jurídica precisa. É necessário decompor a análise em categorias mais precisas.

Um primeiro desdobramento são as normas de competência, que não impõem um dever em sentido estrito ao legislador nem uma obrigação irrenunciável de legislar de forma exauriente. Elas funcionam como normas de legitimação de organização estatal que habilitam o legislador a implantá-las dentro do seu âmbito de livre conformação legislativa, o qual pode ser limitado em razão de outras normas e situações – e.g. a existência de objetivos constitucionais do Estado, normas que digam respeito à fruição de direitos fundamentais e normas necessárias a viabilizar deveres de proteção atribuídos ao Estado.

Um segundo desdobramento é o reconhecimento de específicos objetivos constitucionais que vinculam o Estado ao seu cumprimento, na qualidade de um princípio jurídico objetivo, embora deixem para o legislador os meios e as formas de sua implantação. Não se derivam desses objetivos direitos ou deveres individuais, pois o seu destinatário é o Estado.

Um terceiro desdobramento são os deveres de proteção atribuídos ao Estado, concebidos em referência à necessidade de proteção da dimensão objetiva dos direitos fundamentais e que se torna um importante recurso mediato de proteção do meio ambiente nos países que não preveem um direito ao meio ambiente. Eles exigem uma atuação do Estado para proteger os direitos fundamentais na sua condição de valor objetivo da comunidade. Em certo sentido, a compreensão dessa figura na doutrina brasileira que trata da proteção constitucional do meio ambiente se diferenciaria de definições de direito comparado, na medida em que o art. 225 da Constituição já prevê expressamente a menção ao dever.

As três formas mencionadas de um dever geral do Estado para a proteção do meio ambiente são objeto de discussão na doutrina do direito comparado e do Brasil – embora haja nuances e abordagens distintas.

A doutrina brasileira costuma mencionar os específicos objetivos do Estado como normas-objetivo ou normas-fim, embora a análise dogmática possa destoar de premissas existentes no direito comparado. Também há diferenças quanto aos deveres de proteção em matéria ambiental, pois a própria Constituição brasileira de 1988 prevê a menção a um genérico dever de proteção que acaba funcionando como fundamento formal.

De todo modo, defende-se aqui que a norma do artigo 225 da Constituição permite fundamentar tanto um específico objetivo constitucional do Estado quanto deveres de proteção ambiental a ele atribuídos. É que há a previsão de uma cláusula genérica de um dever estatal que permite fundamentar distintos deveres a partir dela.

O objetivo constitucional decorre da interpretação do dever genérico conjugado com a referência expressa às futuras gerações, que evidencia uma dimensão temporal e a necessidade de uma resposta continuada e planejada do Estado. Os deveres de proteção decorrem da cláusula genérica de um dever, ainda que se possa fazer a correlação – nos termos da doutrina brasileira majoritária – a partir da dimensão objetiva do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Essa fórmula é peculiar da Constituição brasileira, em relação ao direito comparado, que acaba por inferir tais direitos de forma mais interpretativa do que referida a um dispositivo constitucional exposto.

Soma-se a esse quadro de estruturação normativa complexa e multifacetada de proteção ambiental o reconhecimento de deveres fundamentais ambientais.

Eles ressaltam o redimensionamento da relação entre Estado e sociedade e do princípio da repartição em uma nova perspectiva, em sintonia com a concretização de um desenvolvimento sustentável e com as garantias do Estado Constitucional.

De forma geral, os deveres fundamentais devem ter previsão expressa ou implícita no texto constitucional, serem direcionados ao indivíduo e ao cidadão e serem previstos de forma pontual e vinculada a uma determinada norma constitucional. Eles devem respeitar o princípio da assimetria com os direitos fundamentais. Eles se configuram como uma categoria constitucional autônoma e não se confundem com limites ou restrições a direitos fundamentais. Isso não deve significar, contudo, que não devem ser pensados em razão dos direitos fundamentais. Além disso, têm como regra geral a exigência de interposição legislativa para que possam vincular diretamente o dever com o seu titular. Em nossa Lei Maior é possível conceber o fundamento de tais deveres na dignidade humana e na soberania do Estado como conceito jurídico constitucionalmente previsto e limitado.

Trata-se de uma categoria constitucional que se pode reconhecer como autônoma, ainda que no caso do artigo 225 da Constituição de 1988 haja forte aproximação temática e estrutural (porque inserida no mesmo complexo normativo) com o enunciado de um direito ao meio ambiente e um dever do Estado (compreendido tanto na perspectiva de um dever positivo de ação, quanto na perspectiva de um específico objetivo constitucional).

Para além da discussão sobre a exigência de uma interposição legislativa para a geração de eficácia imediata junto ao indivíduo titular do dever, a doutrina apresenta um conjunto de possíveis funções decorrentes das normas que estipulam deveres fundamentais ambientais: delimitar o exercício dos direitos fundamentais em favor do bem comum; auxiliar o processo de interpretação e aplicação da legislação infraconstitucional pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário; conferir um efeito declaratório que explicita ao indivíduo e à coletividade a relevância da proteção do meio ambiente como valor constitucional; aproximar a sua compreensão à de um mandamento ao legislador (aspecto ressaltado sobretudo pela doutrina que nega a eficácia direta).

O artigo 225 da Constituição apresenta uma estruturação normativa complexa e multifacetada. É possível reconhecer, de forma expressa e implícita, a enunciação de um direito, de um objetivo constitucional, de deveres de proteção atribuídos ao Estado e de deveres da coletividade.

Esse conjunto de distintas categorias constitucionais reunidas em torno da proteção do meio ambiente (bem jurídico constitucionalmente relevante) demonstra uma fórmula que vai além daquelas de outros países (que se limitam a um objetivo constitucional ou a normas de competência).

O quadro apresentado permite concluir que há um significativo papel definido para a Constituição de 1988 no que diz respeito à proteção do meio ambiente. As categorias aqui analisadas são dotadas de bastante dinamicidade, flexibilidade e formam um bloco conjunto de estruturação normativa que aponta para um uso otimizado dos recursos normativos constitucionais disponíveis para viabilizar a proteção do meio ambiente.

Nesse sentido, a própria proximidade da norma de direito e de dever exigem contínua interpretação e desenvolvimento pela doutrina.

De todo modo, essas disposições normativas evidenciam a abertura da Constituição brasileira em vigor para o desafio ambiental, em sintonia com importantes pressupostos de concretização do Estado Ambiental: exigências de revisão do papel do Estado e sua vinculação com a proteção do meio ambiente, o redimensionamento da relação entre Estado e sociedade, a sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável, a observância do princípio da repartição, o respeito às garantias do Estado de Direito, o estímulo da proteção preventiva e repressiva do meio ambiente, o compromisso com a responsabilidade de longo prazo, a adoção da proteção do meio ambiente como cláusula de integração. Os direitos e deveres nela estabelecidos compatibilizam-se com esses pressupostos e podem concretizá-los em sua aplicação e interpretação.

Nesse aspecto, é possível afirmar que essas normas constitucionais de proteção ambiental permitem evidenciar uma dimensão constitucional de concretização dos pressupostos do Estado Ambiental. Elas funcionam como uma interface possível entre as garantias do Estado Constitucional e os pressupostos do Estado Ambiental, equilibrando as perspectivas de liberdade e responsabilidade entre indivíduo, coletividade e Estado.

A resposta afirmativa sobre a sua real contribuição ultrapassa o âmbito deste estudo e se dirige a um estudo aprofundado e concreto sobre a aplicação de tais dispositivos.

REFERÊNCIAS

ABÁSULO, Ezequiel. Los desafíos ambientales como causa de superación de ciertos paradigmas constitucionales clásicos. Algunas manifestaciones en la reciente experiencia judicial argentina. In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang; CARBONELL, Miguel. **Direitos, deveres e garantias fundamentais**. Salvador: JusPODIVM, 2011. p. 95-103.

ABREU, Ivy de Souza. O binômio direito-dever fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e seu alicerce na solidariedade. In: ULHOA, Paulo Roberto et al. (Coords.). **Direitos humanos e meio ambiente**. Vitória: Cognorama, 2014. p. 65-77.

ACKEL FILHO, Diomar. **Direito dos Animais**. São Paulo: Themis, 2001.

ALEXY, Robert. **Theorie der Grundrechte**, 2. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp-Taschenbuch Wissenschaft 582, 1994.

ALFONSÍN, Marcelo Alberto López. Aspectos constitucionales del ambiente y de la responsabilidad por daño ambiental en el Nuevo Código Civil y Comercial de la Nación. **Revista de Derecho Público: el derecho público y el Nuevo Código Civil y Comercial de la Nación**, Buenos Aires: Santa Fe/Rubinzal – Culzoni, n° 1, p. 119, 2015.

ALFONSÍN, Marcelo Alberto López. La cláusula ambiental y sus leyes de desarrollo constitucional. In: DALLA VIA, Alberto Ricardo; LEMA, Alberto Manuel García (Org.). **La Constitución reformada y sus normas reglamentarias**. Nuevos derechos y garantías. Tomo II. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2008. p. 91-122.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na Constituição de 1988**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do. Constituição e codificação: primórdios do binômio. In: COSTA, Judith Martins (Org.). **A reconstrução do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 54-71.

_____. **Medida Provisória**: edição e conversão em lei; teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na constituição portuguesa de 1976**. Coimbra: Almedina, 2001.

ANJOS, Leonardo dos; FRANÇA, Nevita Maria Pessoa de Aquino. Direito e desenvolvimento: das origens às suas repercussões no universo jurídico contemporâneo. **Revista Brasileira de Direito Público**, ano 8, n° 31, p. 69-89, out./dez. 2010.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 7. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

_____. **Federalismo e competências ambientais no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Manual de Direito Ambiental**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APPEL, Ivo. **Staatliche Zukunfts - und Entwicklungsvorsorge**: Zum Wandel der Dogmatik des Öffentlichen Rechts am Beispiel des Konzepts der nachhaltigen Entwicklung im Umweltrecht. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.

ARAÚJO PINTO, Cristiano Paixão. Arqueologia de uma distinção – o público e o privado na experiência histórica do direito. In: OLIVEIRA PEREIRA, Cláudia Fernanda (Org.). **O novo direito administrativo brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2003. p. 19-50.

ARNAUD, André-Jean. **O direito entre modernidade e globalização**: lições de filosofia do direito e do Estado. Tradução de Patrice Charles Wuillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ARNDT, Birger. **Das Vorsorgeprinzip im EU-Recht**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.

AUSSPRACHE UND SCHLUßWORTE. Erster Beratungsgegenstand. Unternehmen und Unternehmer in der verfassungsrechtlichen Ordnung der Wirtschaft. In: VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER N° 38 (VVDS^tRL 38). **Unternehmen und Unternehmer in der verfassungsrechtlichen Ordnung der Wirtschaft (Peter Saladin u. Hans-Jürgen Papier)**. Der Schutz der Allgemeinheit und der individuellen Rechte durch die polizei- und ordnungsrechtlichen Handlungsvollmachten der Exekutive (Uwe Erichsen u. Franz-Ludwig Knemeyer): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Heidelberg vom 6. bis 9. Oktober 1976. Redaktion: Prof. Dr. Jochen Abr. Frowein. Berlin, New York: de Gruyter, 1977. p. 109-169.

AUSSPRACHE UND SCHLUßWORTE. Zweiter Beratungsgegenstand. „Staatsaufgabe Umweltschutz“. In: VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER N° 38 (VVDS^tRL 38). Deutschland nach 30 Jahren Grundgesetz (Rudolf Bernhardt u. Norbert Achterberg). **Staatsaufgabe Umweltschutz (Dietrich Rauschning u. Werner Hoppe)**: Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Berlin vom 3.-6. Oktober 1979. Redaktion: Prof. Dr. Dr. h. c. Thomas Oppermann. Berlin, New York: de Gruyter, 1979. p. 331-385.

AUSSPRACHE UND SCHLUßWORTE. Erster Beratungsgegenstand. Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension. In: VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER N° 41 (VVDS^tRL 41). **Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension (Volkmar Götze u. Hasso Hofmann)**. Verwaltungsverfahren zwischen Verwaltungseffizienz und Rechtsschutzauftrag (Rainer Wahl u. Jost Pietzcker): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Konstanz vom 6. bis 9. Oktober 1982. Redaktion: Prof. Dr. Walter Schmitt Glaeser. Berlin, New York: de Gruyter, 1983. p. 87-149.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2006.

AYALA, Patryck de Araújo. **Processo ambiental e o direito fundamental ao meio ambiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro de. **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte**: a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

BADURA, Peter. **Grundpflichten als verfassungsrechtlichen Dimension**: Deutsches Verwaltungsblatt (DVBL). Heft, 18. Köln, Berlin, Bonn, München: Carl Heymanns Verlag, 1982. p. 861-872.

BADURA, Peter. **Staatsrecht**: systematische Erläuterung des Grundgesetzes für die Bundesrepublik Deutschland. 6. überarbeitete auflage. München: Beck, 2015.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Proteção do meio ambiente na Constituição da República**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

BARBERA, Augusto; FUSARO, Carlo. **Corso di diritto costituzionale**. 3. ed. Bologna: Il mulino, 2016 (Edição Digital).

BARRAL, Welber. Direito e desenvolvimento: um modelo de análise. In: BARRAL, Welber (Org.). **Direito e desenvolvimento**: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Editora Singular, 2005. p. 31-60.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEAUCAMP, Guy. **Das Konzept der zukunftsfähigen Entwicklung im Recht**: Untersuchungen zur völkerrechtlichen, europarechtlichen, verfassungsrechtlichen und verwaltungsrechtlichen Relevanz eines neuen politischen Leitbildes. Tübingen: Mohr Siebeck, 2002.

BECHARA, Erika. **A proteção da fauna sob a ótica constitucional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

BECK, Ulrich. **La democracia y sus enemigos**. Tradução de Daniel Romero Álvarez. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

BELAUNDE, Domingo García. La nueva Constitución del Perú: poder judicial y garantías constitucionales. In: LANDA, César; FAÚNDEZ, Julio (Org.). **Desafíos constitucionales contemporáneos**. Peru: Fondo Editorial, 1996.

BELAUNDE, Domingo García. Procesos constitucionales en América Latina. In: LANDA, César; FAÚNDEZ, Julio (Orgs.). **Desafíos Constitucionales Contemporáneos**. Peru: Fondo Editorial, 1996, p. 25-34.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. **Hermenêutica jurídica ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BELLO FILHO, Ney de Barros. A dimensão subjetiva e a dimensão objetiva da norma de direito fundamental ao meio ambiente. **Direito e ambiente** (Revista do Instituto Lusíada para o direito do ambiente), Lisboa: Universidade Lusíada Editora, ano I, nº 1, p. 199-212, out./dez. 2008.

_____. A proteção jurídica do ambiente: do interesse difuso ao direito subjetivo. **Direito e ambiente** (Revista do Instituto Lusíada para o direito do ambiente), Lisboa: Universidade Lusíada Editora, ano I, nº 1, p. 183-197, out./dez. 2008.

_____. **Direito ao ambiente**. Da compreensão dogmática do direito fundamental na pós-modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

_____. Os deveres ambientais na constituição brasileira de 1988. In: SARLET, Ingo Wolfgang; SILVA, Vasco Pereira da. (Org.). **Direito Público sem fronteiras**. v. 1. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2011. p. 861-885. Disponível em: <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook_dp_completo2_isbn.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BENDA, Ernst. **Verfassungsauftrag und Umweltschutz**: gegen Verbandsklage und Umweltgrundrecht. Vortrag, gehalten am 26. November 1981. Bonn: Deutscher Industrie und Handelstag, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição brasileira. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 57-130.

BERG, Wilfried. Nachhaltigkeit und Umweltstaat. In: KAHL, Wolfgang (Hrsg.) **Nachhaltigkeit als Verbundbegriff**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 425-442.

_____. Über den Umweltstaat. In: BURMEISTER, Joachim. **Verfassungsstaatlichkeit**: Festschrift für Klaus Stern zum 65. Geburtstag. München: Beck, 1997. p. 421-441.

BERGEL, Jean-Louis. **Teoria Geral do Direito**. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERLAU, John. **Eco-freaks**: environmentalism is Hazardous to your health. Nashville: Nelson Current, 2006.

BETHGE, Herbert. Die Verfassungsrechtliche Problematik der Grundpflichten. In: **Juristischer Arbeitsblätter** (JA). 17 Jahrgang. Frankfurt am Main: Alfred Metzner Verlag, Mai 1985, Heft 5, p. 249-259.

BEYERLIN, Ulrich. Different types of norms in international environmental law: policies, principles and rules. In: BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen (Ed.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 425-448.

BILLET, Philippe. La constitutionnalisation du droit de l'homme a l'environnement: Regard critique sur le projet de loi constitutionnelle relatif à la Charte de l'environnement. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, numéro spécial (La Charte Constitutionnelle en débat), p. 35-43, 2003.

BINENBOJM, Gustavo. **Temas de direito administrativo e constitucional** – artigos e pareceres. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BIRNIE, Patricia W.; BOYLE, Alan E. **Basic documents on International Law and the environment**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

_____; _____. REDGWELL, Catherine. **International Law and the environment**. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Celso Lafer. Nova. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOCK, Bettina. **Umweltschutz im Spiegel von Verfassungsrecht und Verfassungspolitik**. Berlin: Duncker & Humblot, 1990.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. **Die verfassungstheoretische Unterscheidung von Staat und Gesellschaft als Bedingung der individuellen Freiheit**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1973.

BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen. International environmental law – mapping the field. In: BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen (Ed.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 1-25.

BONAVIDES, Paulo. **Constituinte e Constituição: a democracia, o federalismo, a crise econômica**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOSELTMANN, Klaus. Der Ökologische Rechtsstaat – Versuch einer Standortbestimmung. In: BAUMEISTER, Hubertus. **Wege zum ökologischen Rechtsstaat: Umweltschutz ohne Öko-Diktatur**. Taunusstein: Blottner, 1994. p. 51-69.

_____. **Im Namen der Natur: der Weg zum ökologischen Rechtsstaat**. Bern, München, Wien: Scherz, 1992.

_____. **Ökologische Grundrechte: Zum Verhältnis zwischen individueller Freiheit und Natur**. (Unter Mitarbeit von Christian Calliess, Michael Schröter und Prue Taylor). 1. auflage. Baden-Baden: Nomos, 1998.

_____. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2008.

_____. Vom Umweltrecht zum Ökorecht – Skizze eines grundlegenden Wandels. In: MARBURGER, PETER (Redaktion). **Jahrbuch des Umwelt- und Technikrechts**. UTR, Band 27. Heidelberg: R. v. Decker's Verlag, 1994. p. 3-21.

BOWEN, Alex. Green growth. In: ATKINSON, Giles et al. **Handbook of sustainable development**. 2nd ed. Cheltenham (UK)/Northampton (USA): Edward Elgar, 2014. p. 237-251.

BREDARIOL, Celso; VIEIRA, Listz. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BRÖNNEKE, Tobias. **Umweltverfassungsrecht**: Der Schutz der natürlichen Lebensgrundlagen im Grundgesetz sowie in den Landesverfassungen Brandenburgs, Niedersachsens und Sachsens. 1. Aufl. Baden-Baden: Nomos Verl. Ges., 1999.

BRUCH, Carl. Is International Law really "Law"? An analysis of application in domestic courts. **Pace Environmental Law Review**, v. 23, p. 423-464, 2005-2006.

BRUGGEMEIER, Franz-Josef. **Schranken der Natur**: Umwelt, Gesellschaft, Experimente 1750 bis heute. Essen: Klartext, 2014.

CALLIESS, Christian. AEUV Art. 11. In: CALLIESS, Christian; RUFFERT, Matthias (Hrsg.). **EUV, AEUV**: das Verfassungsrecht der Europäischen Union mit Europäischer Grundrechtecharta. Kommentar. 4. Auflage. München: C. H. Beck., 2011, p. 527-536.

CALLIESS, Christian. AEUV Art. 191. In: CALLIESS, Christian; RUFFERT, Matthias (Hrsg.). **EUV, AEUV**: das Verfassungsrecht der Europäischen Union mit Europäischer Grundrechtecharta. Kommentar. 4. Auflage. München: C. H. Beck., 2011, p. 1918-1939.

_____. Ansätze zur Subjektivierung von Gemeinwohlbelangen im Völkerrecht – Das Beispiel des Umweltschutzes. **Zeitschrift für Umweltrecht (ZUR)**. Heft 4, Jahrgang 11. Baden-Baden: Nomos, 2000. p. 246-257.

_____. Die Grundrechtliche Schutzpflicht im mehrpoligen Verfassungsrechtsverhältnis. **JuristenZeitung**, Jahrg., Tübingen: Mohr Siebeck, v. 61, n° 7, p. 321-330, April 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20828198>>. Acesso em: 21 jan. 2017

_____. GRCh Art. 37. (Art. 37 Umweltschutz). In: CALLIESS, Christian; RUFFERT, Matthias (Hrsg.). **EUV, AEUV**: das Verfassungsrecht der Europäischen Union mit Europäischer Grundrechtecharta. Kommentar. 4. Auflage. München: C. H. Beck., 2011.

_____. **Rechtstaat und Umweltstaat**: zugleich ein Beitrag zur Grundrechtsdogmatik in Rahmen mehrpoliger Verfassungsrechtsverhältnisse. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001.

_____. The charter of fundamental rights. In: EHLERS, Dirk (Ed.). **European fundamental rights and freedoms**. Berlin: de Gruyter Recht, 2007. p. 518-539.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Direitos Humanos. **Declaração universal dos direitos humanos: 1948-1998**. Apresenta também a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948). Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional ambiental português: tentativa de compreensão de 30 anos das gerações ambientais no direito constitucional português. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 1-11.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra, Portugal: Ed. Livraria Almedina, 1998.

_____. Estado constitucional ecológico e democracia sustentada. In: GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da (Org.). **Estudos de Direito Constitucional**: em homenagem a José Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2003. p. 101-110.

_____. **Estado de direito**. v. 7. Lisboa (Portugal): Gradiva, 1999. (Cadernos Democráticos).

_____. **Estudos sobre Direitos Fundamentais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra Editora, 2008.

_____; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**. v. I., 4. ed. rev. (Coimbra Editora), 1. ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

CANS, Chantal. La Carta Constituzionale Dell' Ambiente: evoluzione o rivoluzione del diritto francese dell' ambiente? In: CAROLIS, Diego de; FERRARI, Erminio; POLICE, Aristide. **Ambiente, attività amministrativa e codificazione**: atti del Primo Colloquio di Diritto dell' Ambiente, Teramo, 29-30 aprile 2005. Milano: Giuffrè Editore, 2006. p. 83-118.

CAPELLA, Vicente Bellver. **Ecologia**: de las razones a los derechos. Granada: Editorial Comares, 1994.

CAPITANI, Amandine. La Charte de l' environnement, un leurre constitutionnel? **Revue française de droit constitutionnel**, n° 63, p. 493-516, 2005/3. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-droit-constitutionnel-2005-3-page-493.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CARBONE, Giovanni. The consequences of democratization. **Journal of Democracy**, Washington DC, Baltimore, v. 20, n° 2, p. 123-137, abr. 2009.

CARBONELL, Miguel; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. **El derecho al medio ambiente**: legislación básica. México: Editorial Porrúa/Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2005.

CARDOSO, Alessandro Mendes. **O dever fundamental de recolher tributos no estado democrático de direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

CARINGELLA, Francesco. **Compendio di diritto amministrativo**. Roma: Dike, 2015.

CARLOWITZ, Hans Carl von. **Sylvicultura oeconomica, oder Hauswirthliche Nachricht und Naturmässige Anweisung zur Wilden Baum-Zucht** (Original de 1713). Herausgegeben von Joachim Hamberger. München: oekom Verlag (Ges. für ökologische Kommunikation), 2013 (Edição comemorativa de 300 anos da publicação original. Reimpressão da obra original de 1713/Leipzig. Edição e comentários de Joachim Hamberger).

CARLSON, Rachel. **Silent spring**. 40th anniversary ed., 1st Mariner Books ed. Boston: Houghton Mifflin, 2002.

CARVALHO NETTO, Menelick de. A contribuição do direito administrativo enfocado da ótica do administrado para uma reflexão acerca dos fundamentos do controle de constitucionalidade das leis no Brasil: um pequeno exercício de teoria da constituição. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 68, nº 2, p. 67-84, abr./jun. 2002.

_____. A hermenêutica constitucional sob o paradigma do estado democrático de direito. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Coord.). **Jurisdição e hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 25-44.

CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo. E. do Nascimento. **Manual de direito internacional público**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASSESE, Sabino. **A crise do Estado**. Tradução de Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes Editora, 2010.

CETINA, William Zambrano. Deberes de los particulares em la Constitución y medio ambiente. **Anuario de derecho constitucional latinoamericano**, ano XVI. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2010. p. 603-620.

CHAGAS, Helena. Constituintes ‘Verdes’ versus Centrão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07.05.1988 (sábado). Meio Ambiente, p. 8. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/108373>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CHULVI, Cristina Pauner. **El deber constitucional de contribuir al sostenimiento de los gastos públicos**. 699f. Tese (Doutorado) – Departament de Dret Públic, Universitat Jaume I, Espanha, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10803/10429>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

CLÉVE, Clémerson Merlin. O cidadão, a administração pública e a nova Constituição. **Revista de informação legislativa**, Brasília, nº 106, p. 81-98, abr./jun. 1990.

COELHO, José Maria Latino. **Elogio historico de José Bonifacio de Andrada e Silva**: lido na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 15 de maio de 1877. Lisboa: Typographia da Academia, 1877.

COSTA, Beatriz Souza. **Meio ambiente como direito à vida**: Brasil, Portugal e Espanha. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. **Proteção jurídica do meio ambiente**: I florestas. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CRUZ, Domingos da (Org.). **África e direitos humanos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

CUADROS, Gregorio Mesa. **Derechos ambientales en perspectiva de integralidad**: concepto y fundamentación de nuevas demandas y resistencias actuales hacia el “Estado ambiental de derecho”. 3. ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

_____. Nuevo acuerdo global Río+20: ‘Economía Verde’ em la era neocapitalista. In: CUADROS, Gregorio Mesa et al. **Estado Ambiental de Derecho o ‘Estado de cosas inconstitucional ambiental’**: derechos ambientales bajo amenaza en la era de las locomotivas normativas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Faculdade de Direito, Ciencias Políticas y Sociales, UNIJUS, 2013. p. 15-48.

CUNHA, Eleonora Schettini M.; PINHEIRO, Marcia Maria Biondi. Conselhos nacionais: condicionantes políticos e efetividade social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 142-156.

CUREAU, Sandra; LEUZINGER, Marcia Dieguez. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

DAES, Erica-Irene A. **The individual’s duties to the community and the limitations on human rights and freedoms under article 29 of the universal declaration of human rights**: a contribution to the freedom of the individual under law. Special Rapporteur of the Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities. New York: United Nations, 1983.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DALLA VIA, Alberto Ricardo. Comentario al artículo 41 de la constitución. In: DALLA VIA, Alberto Ricardo; LEMA, Alberto Manuel García (Org.). **La Constitución reformada y sus normas reglamentarias**. Nuevos derechos y garantías. Tomo II. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2008. p. 75-90.

DALLA VIA, Alberto Ricardo. Comentario al artículo 43 de la constitución nacional. In: DALLA VIA, Alberto Ricardo; LEMA, Alberto Manuel García (Orgs.). **La Constitución reformada y sus normas reglamentarias**. Nuevos derechos y garantías. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2008, Tomo II, p. 275-287.

DAVIS, Kevin E.; TREBILCOCK; Michael J. The relationship between law and development: optimists versus skeptics. **The American Journal of Comparative Law**, Salem (Oregon): American Society of Comparative Law, v. 56, nº 4, p. 895-946, 2008.

DEGENHART, Christoph. **Staatsrecht I Staatsorganisationsrecht** – mit Bezügen zum Europarecht. 26. Aufl. Heidelberg: C.F. Müller, 2010.

DELL'ANNO, Paolo. **Elementi di diritto dell'ambiente**: integrato dai d.lgs. 152/2006 e 4/2008. Padova: CEDAM, 2008.

DELPIAZZO, Carlos E. **Derecho administrativo especial**. v. 1. 3. ed. actual. y ampl. Montevideo: Amalio M. Fernandez, 2015.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DEUTSCHER BUNDESTAG. **Lei Fundamental da República Federal da Alemanha**. Tradução de Aachen Assis Mendonça. Edição impressa, atualização janeiro de 2011. Disponível em: http://www.brasil.diplo.de/contentblob/3160404/Daten/1330556/Gundgesetz_pt.pdf. Acesso em: 3 out. 2011.

DEUTSCHER BUNDESTAG. Referat Öffentlichkeitsarbeit. **Verankerung des Umweltschutzes im Grundgesetz**: öffentliche Anhörung des Rechtsausschusses des Deutschen Bundestages am 14. Oktober 1987. Themen Parlamentarischer Beratung (Zur Sache 2/88). Bonn: Deutsche Bundestag, Referat Öffentlichkeitsarbeit, 1988.

DEUTSCHLAND. Der Bundesminister des Innern, Der Bundesminister der Justiz. **Sachverständigenkommission „Staatszielbestimmungen/ Gesetzgebungsaufträge“**. Staatszielbestimmungen / Gesetzgebungsaufträge: Bericht der Sachverständigenkommission. Bonn: Konkordia, 1983.

_____. Rat von Sachverständigen für Umweltfragen (SRU). **Umwelt und Freihandel: TTIP umweltverträglich gestalten**. Berlin: SRU, Februar/2016, Stellungnahme Nr. 19, p. 1-56. Disponível em: http://www.umweltrat.de/SharedDocs/Downloads/DE/04_Stellungnahmen/2012_2016/2016_02_AS19_TTIP.pdf?__blob=publicationFile. Acesso em: 12 fev. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Participação popular na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 191, p. 26-39, jan./mar. 1993.

DÍAZ, Santiago Varela. La idea de deber constitucional: **Revista Española de Derecho Constitucional**, Espanha: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, año 2, nº 4, p. 69-96, enero/abril 1982. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=6&IDN=306&IDA=24581>. Acesso em: 8 jan. 2017.

DIETLEIN, Johannes. **Die Lehre von den grundrechtlichen Schutzpflichten**. 2. auflage. Berlin: Duncker & Humblot, 2005.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Deveres fundamentais. In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang; CARBONELL, Miguel. **Direitos, deveres e garantias fundamentais**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2011. p. 325-345.

_____; _____. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. Coordenação de Elio Gaspari e Lilia M. Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DRYZEK, John S.. Paradigms and discourses. In: BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen (Ed.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 44-62.

DUBOIS, Sandrine Maljean. A implantação do direito internacional do meio ambiente. In: VARELLA, Marcelo D.; PLATIAU, Ana Flávia Barros (Orgs.). **Proteção internacional do meio ambiente**. Brasília: Unitar/Uniceub/UnB, 2009. p. 88-121.

DUPUY, Pierre-Marie. Formation of customary international law and general principles. In: BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen (Ed.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 449-466.

_____. Soft law and the international law of the environment. **Michigan Journal of International Law**, v. 12, p. 421, 1990-1991.

DUHR, Florian. **Prinzip und System der Grundpflichten**. Münster, Hamburg, London: Lit Verlag, 2002.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EBBESSON, Jonas. Principle 10: Public Participation. In: VIÑUALES, Jorge E. (Ed.). **The Rio Declaration on Environment and Development: a Commentary**. Oxford: Oxford university Press, 2015. p. 287-309.

EIFERT, Martin. Der Verfassungsauftrag zu ökologisch nachhaltiger Politik. In: FRANKENBERG, Günter (Hrsg.). **Verfassungsrecht und gesellschaftliche Realität: Dokumentation: Kongress "60 Jahre Grundgesetz: Fundamente der Freiheit stärken"** der Bundestagsfraktion Bündnis 90/Die Grünen am 13./14. März 2009 in Berlin. Baden-Baden: Nomos, 2009. p. 211-223.

EPINEY, Astrid. **Umweltrecht der Europäischen Union**. 3. auflage. Baden-Baden: Nomos, 2013.

_____; SCHEYLI, Martin. **Strukturprinzipien des Umweltvölkerrechts**. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1998.

EPINEY, Astrid; SCHEYLI, Martin. **Umweltvölkerrecht: völkerrechtliche Bezugspunkte des schweizerischen Umweltrechts**. Bern: Stämpfli, 2000.

ERMACORA, Florian. The right of a clean environment in the Constitution of the European Union. In: JANS, Jan H. (Ed.). **The European Convention and the future of European Environmental Law**. Groningen: Europa Law Publishing, 2003. p. 29-42.

FARIAS, Paulo José Leite. **Competência federativa e proteção ambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.

FASTENRATH, Ulrich. Relative normativity in International Law. **European Journal of International Law**, v. 4, Issue 1, p. 305-340, 1993.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente**: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

FERNANDEZ, Maria Elizabeth Moreira. **Direito ao ambiente e propriedade privada**: aproximação ao estudo da estrutura e das consequências das “leis-reserva” portadoras de vínculos ambientais. Coimbra: Coimbra, 2001.

FERNANDEZ, Tomás-Ramón; PASTOR, Juan Alfonso Santamaría; MACHADO, Santiago Muñoz. **Constitución y leyes administrativas fundamentales**. Madrid: Iustel, 2007.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Constituinte**: assembléia, processo, poder. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Do processo legislativo**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Estado de Direito e Constituição**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Princípios fundamentais do direito constitucional**: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERREIRA, Gustavo Assed. Desenvolvimento sustentável. In: BARRAL, Welber (Org.). **Direito e desenvolvimento**: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Editora Singular, 2005. p. 73-94.

FERREIRA, Helene Sivini. Competências ambientais. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 204-230.

FERRER, Gabriel Real. El medio ambiente en la constitucion española de 1978. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, nº 4, p. 319-328, 1994.

FETSCHER, Iring. Ökodiktatur oder Alternativ-Zivilization. **Neue Rundschau**. Berlin, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1976, 87. Jahrgang, Heft IV, p. 527-541.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

FISCHER, Cecilia; SCHOLZ, Imme. **Universelle Verantwortung: die Bedeutung der 2030-Agenda für eine nachhaltige Entwicklung der deutschen Bundesländer**. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2015.

FISCHER, Peter Christian. **Staatszielbestimmungen in den Verfassungen und Verfassungsentwürfen der neuen Bundesländer**. München: VVF, 1994.

FORSTHOFF, Ernst. **Der Staat der Industriegesellschaft: Dargestellt am Beispiel der Bundesrepublik Deutschland**. 2. unveränderte auflage. München: C. H. Beck, 1971.

_____. **Rechtsstaat im Wandel: verfassungsrechtliche Abhandlungen 1954-1973**. 2. aufl. Vom Verfasser überarbeitet und nach seinem Tode herausgegeben von Klaus Frey. München: C. H. Beck, 1976.

FREESTONE, David; STRECK, Charlotte. Meeting the challenge of climate change: legal strategies for reducing greenhouse gas emissions. In: DAIBERT, Arlindo. **Direito Ambiental Comparado**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 207-225.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FREITAS, Vladimir de Passos. **Direito Administrativo e meio ambiente**. Curitiba: Juruá, 2010.

FÜHR, Martin. Ökologische Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension - Vom Grundrechtsindividualismus zur Verantwortungsgemeinschaft zwischen Bürger und Staat? **Natur und Recht: Zeitschrift für das gesamte Recht zum Schutze der natürlichen Lebensgrundlagen und der Umwelt**, v. 20, n° 1, p. 6-14, 1998.

GABEIRA, Fernando. Numerosa, Frente tem uma atuação política inovadora. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16.05.1988 (segunda-feira). Caderno de Política, p. A.6. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/106644>>. Acesso em: 18 out. 2016.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2 (90), p. 89-105, abr./jun. 2003.

GAVIÃO FILHO, Anizio Pires. **Direito fundamental ao ambiente**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GODARD, Olivier. O princípio da precaução frente ao dilema da tradução jurídica das demandas sociais. In: VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros (Org.). **Princípio da precaução**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 157-204.

GOMES, Carla Amado. **Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de proteção do ambiente**. 2007. 565f. Dissertação (Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas – Direito Administrativo) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, set. 2012. p. 74 e ss. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/cg_ma_17157.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

GÖTZ, Volkmar. Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension (Bericht von Professor Dr. Volkmar Götz. Erster Beratungsgegenstand). In:

VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER N° 41 (VVDSrL 41). **Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension (Volkmar Götz u. Hasso Hofmann).**

Verwaltungsverfahren zwischen Verwaltungseffizienz und Rechtsschutzauftrag (Rainer Wahl u. Jost Pietzcker): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Konstanz vom 6. bis 9. Oktober 1982. Redaktion: Prof. Dr. Walter Schmitt Glaeser. Berlin, New York: de Gruyter, 1983. p. 7-41.

GRAÑA, Eduardo; ÁLVAREZ, César. **Principios de teoría del estado y de la constitución.** Buenos Aires: Ad-Hoc, 2003.

GRASSI, Stefano. **Problemi di diritto costituzionale dell'ambiente.** Milano: Giuffrè, 2012.

GRASSO, Marco Ettore. **Lineamenti di etica e diritto della sostenibilità.** Milano: Giuffrè Editore, 2015.

GRUHL, Herbert. **Ein Planet wird geplündert.** Frankfurt am Main: Fischer-Taschenbuch-Verl., 1987.

GUERRERO, Luis Huerta. Constitucionalización del derecho ambiental. **Derecho PUCP: revista de la Facultad de Derecho de la Pontificia Universidad Católica del Perú,** Lima: Fondo Editorial de la PUCP, v. 71, p. 477-502, 2013.

GUSY, Christoph. Grundpflichten und Grundgesetz. **Juristenzeitung (JZ),** Jahrgang, Tübingen: Mohr Siebeck, v. 37, Heft 19, p. 657-663, 1982.

HÄBERLE, Peter. Nachhaltigkeit und Gemeineuropäisches Verfassungsrecht – Eine Textstufenanalyse. In: KAHL, Wolfgang (Hrsg.). **Nachhaltigkeit als Verbundbegriff.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 180-203.

_____. Zeit und Verfassungskultur. In: **Die Zeit.** Schriften der Carl Friedrich von Siemens Stiftung. Band 6. München, Wien: R. Oldenbourg Verlag, 1983. p. 289-343.

HABERMAS, Jürgen. **A era das transições.** Tradução e introdução de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. 2. ed., v. II. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAECKEL, Ernst. **Generelle Morphologie der Organismen.** Allgemeine Entwicklungsgeschichte der Organismen: kritische Grundzüge der mechanischen Wissenschaft von den entstehenden Formen der Organismen. Band 2. Berlin: Georg Reimer, 1866.

HÄFELIN, Ulrich; HALLER, Walter; KELLER, Helen. **Schweizerisches Bundesstaatsrecht.** 8. auflage. Zürich, Basel, Genf: Schulthess, 2012.

HAIN, Karl-E. Zur Frage der Europäisierung des Grundgesetzes – Eine kritische Analyse. **Deutsches Verwaltungsblatt** (DVBL). Köln, Berlin/Bonn, München: Carl Heymanns Verlag, 2002. p. 148-157.

HALLER, Walter. **Allgemeines Staatsrecht**. 3. auflage. Basel, Genf, München: Helbing & Liechtenhahn, 2004.

HANGARTNER, Yvo. **Grundzüge des schweizerischen Staatsrechts**. 2. Band (Grundrechte). Zürich: Schulthess Polygraphischer Verlag, 1982.

_____. Völkerrechtliche Grundpflichten Privater. In: HANGARTNER, Yvo; TRECHSEL, Stefan. **Völkerrecht im Dienste des Menschen**: Festschrift für Hans Haug. Bern, Stuttgart: Haupt, 1986. p. 109-122.

HANS, Jan H.; HEIDE, Ann-Katrin von der. **Europäisches Umweltrecht**. Groningen: Europa Law Publishing, 2003.

HARO, Ricardo. Algunas reflexiones sobre la influencia de la constitución de 1978 en el constitucionalismo latinoamericano. In: MELICA, Luigi; MEZZETTI, Luca; PIERGLIGLI, Valeria. **Studi in onore di Giuseppe de Vergottini**. Assago; Padova: Wolters Kluwer, CEDAM, 2015. p. 2525-2548.

HARTMANN, Ivar Alberto Martins. **E-codemocracia**: a proteção do meio ambiente no ciberespaço. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

HAUMONT, Francis. Le droit constitutionnel belge a la protection d'un environnement sain - Etat de la jurisprudence. **Revue Juridique de l'Environnement**. Limoges: SFDE, numéro spécial (La Charte Constitutionnelle de l'environnement en vigueur), p. 41-52. 2005.

HAUSMANN, Ricardo; RODRIK, Dani. Economic development as self-discovery. **NBER Working Paper Series**, Working Paper 8952, p. 1-44, 2003. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8952>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

HENNECKE, Franz. Zur Neubestimmung des Verhältnisses von Staat und Gesellschaft im Umweltrecht – eine Problemskizze. In: REINHARDT, Michael (Redaktion). **Jahrbuch des Umwelt - und Technikrechts**. UTR, Band 49. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1999. p. 7-36.

HERNÁNDEZ, Eduardo Lara. La protección del medio ambiente y la calidad de vida en el constitucionalismo moderno. Su expresión en la Constitución española de 1978. In: SEGADO, Francisco Fernández (Coord.). **La Constitución de 1978 y el Constitucionalismo Iberoamericano**. Madrid: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2003. p. 359-373.

HERZOG, Roman. Der überforderte Staat. In: In: BADURA, Peter; SCHOLZ, Rupert. **Wege und Verfahren des Verfassungslebens**: Festschrift für Peter Lerche zum 65. Geburtstag. München: C. H. Beck, 1993. p. 15-26.

HESELHAUS, Sebastian. Verfassungsrechtliche Grundlagen des Umweltschutzes. In: HANSMANN, Klaus; SELLNER, Dieter (Hrsg.). **Grundzüge des Umweltrechts**. 4., vollst. überarb. und erw. Aufl. Berlin: Erich Schmidt, 2012. p. 3-54.

HODGSON, Geoffrey M. El enfoque de la economía institucional. **Comercio Exterior**, Mexico, v. 53, n° 10, p. 895-916, oct. 2003.

_____. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n° 1, p. 1-25, 2006.
Disponível em: <<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/whatareinstitutions.pdf>>.
Acesso em: 25 nov. 2012.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Vom Staatsziel Umweltschutz zum Gesellschaftsziel Umweltschutz: zur Notwendigkeit hoheitlicher Regulierung gesellschaftlicher Selbstregulierung, illustriert an Beispielen aus der Energiewirtschaft. **Die Verwaltung: Zeitschrift für Verwaltungsrecht und Verwaltungswissenschaften**, v. 28. Berlin: Duncker & Humblot, 1995. p. 425-448.

HOFMANN, Hasso. § 195 Grundpflichten und Grundgesetz. In: ISENSEE, Josef; KIRCHHOF, Paul (Hrsg.). **Handbuch des Staatsrechts der Bundesrepublik Deutschland**. 3., völlig neubearbeitete und erweiterte Auflage. Band IX (Allgemeine Grundrechtslehren). Heidelberg, München, Landsberg, Frechen, Hamburg: C. F. Müller, 2011. p. 699-730.

_____. Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension (Mitbericht von Professor Dr. Hasso Hofmann. Erster Beratungsgegenstand). In: VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER N° 41 (VVDSRL 41). **Grundpflichten als verfassungsrechtliche Dimension (Volkmar Götz u. Hasso Hofmann)**. Verwaltungsverfahren zwischen Verwaltungseffizienz und Rechtsschutzauftrag (Rainer Wahl u. Jost Pietzcker): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Konstanz vom 6. bis 9. Oktober 1982. Redaktion: Prof. Dr. Walter Schmitt Glaeser. Berlin, New York: de Gruyter, 1983. p. 42-86.

_____. „Umweltstaat": Bewahrung der natürlichen Lebensgrundlagen und Schutz vor den Gefahren und Risiken von Wissenschaft und Technik in staatlicher Verantwortung. In: BADURA, Peter; DREIER, Horst. **Festschrift 50 Jahre Bundesverfassungsgericht**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001. Band 2 (Klärung und Fortbildung des Verfassungsrechts). p. 882-884.

HOFMANN, Jörg. **Der Deutsche als Tatbestand von Grundrechten und Grundpflichten**. Dissertation. Heidelberg: Juristische Fakultät der Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, 1993.

HOPPE, Werner. Staatsaufgabe Umweltschutz (Mitbericht von Professor Dr. Werner Hoppe. Zweiter Beratungsgegenstand). In: VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER N. 38 (VVDSRL 38). **Deutschland nach 30 Jahren Grundgesetz (Rudolf Bernhardt u. Norbert Achterberg)**. Staatsaufgabe Umweltschutz (Dietrich Rauschning u. Werner Hoppe): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Berlin vom 3. - 6. Oktober 1979. Berlin, New York: de Gruyter, 1979. p. 211-317.

HUTEN, Nicolas. A carta francesa do meio ambiente. In: SARLET, Ingo Wolfgang; SILVA, Vasco Pereira da. (Org.). **Direito Público sem fronteiras**. v. 1. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico, 2011. p. 887-914. Disponível em: <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook_dp_completo2_isbn.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

IGLESIAS, Patrícia. **Direito Ambiental**. Difusos e coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ISENSEE, Josef. **Die verdrängten Grundpflichten des Bürgers**. Die Öffentliche Verwaltung (DÖV): Zeitschrift für öffentliches Recht und Verwaltungswissenschaft. Stuttgart [u.a.]: Kohlhammer, Heft 15, August, 35. Jahrgang, 1982. p. 609-618.

IUCN – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. **World conservation strategy**: living resources conservation for sustainable development. Gand: IUCN-UNEP-WWF, 1980 (Guide to the World Conservation Strategy). Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCS-004.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

JARASS, Hans D. **Bundes-Immissionsschutzgesetz**: Kommentar unter Berücksichtigung der Bundes-Immissionsschutzverordnungen, der TA Luft sowie der TA Lärm. 10. vollständig überarbeitete auflage. München: C. H. Beck, 2013.

_____. **Charta der Grundrechte der Europäischen Union**: unter Einbeziehung der vom EuGH entwickelten Grundrechte der Grundrechtsregelungen der Verträge und der EMRK. Kommentar. 2. auflage. München: C. H. Beck, 2013.

_____; PIEROTH, Bodo. **Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland**. Kommentar. 12. aufl. München: Verlag C. H. Beck, 2012.

JEGOUZO, Yves. La genèse de la Charte Constitutionnelle de l'environnement. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, numéro spécial (La Charte Constitutionnelle en débat), p. 23-34, 2003.

JENDROSKA, Jerzy. Accès à la justice: remarques sur le Statut Juridique et le Champ des Obligations de la Convention D'Aahrus dans le Contexte de L'Union Européenne. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, n° special, p. 31-48, 2009.

JODOIN, Sébastien. rights, integrity and the principle of sustainable development: dworkinian reflections on the sustainability of International Law. In: MORIN, Michel (Ed.). **Responsibility, fraternity and sustainability in law**: in Memory of the honourable Charles Doherty Gonthier = responsabilité, fraternité et développement durable en droit: en mémoire de l'honorable Charles Doherty Gonthier. Markham, Ontario: Lexis Nexis, 2012. p. 703-722.

JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Tradução de Javier María Fernández Retenaga. Barcelona (Espanha): Herder, 1995.

JORDAN, Andrew; ADELLE, Camilla. EU environmental policy – contexts, actors and policy dynamics. In: _____; _____. **Environmental policy in the EU: actors, institutions and processes**. 3rd ed. London, New York: Routledge, 2013. p. 1-10.

KAHL, Wolfgang (Hrsg.). **Nachhaltigkeit als Verbundbegriff**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008a.

_____. Einleitung: Nachhaltigkeit als Verbundbegriff. In: KAHL, Wolfgang (Hrsg.). **Nachhaltigkeit als Verbundbegriff**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 1-35b.

_____. Staatsziel Nachhaltigkeit und Generationengerechtigkeit. **Die Öffentliche Verwaltung** (DÖV): Zeitschrift für öffentliches Recht und Verwaltungswissenschaft. Stuttgart [u.a.]: Kohlhammer, Heft 1, Januar, 62. Jahrgang, 2009, p. 2-13.

KÄSSMAYER, Karin.; FRAXE NETO, Habib Jorge. **A entrada em vigor do Acordo de Paris: o que muda para o Brasil?** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, nov. 2016. p. 1-42. (Texto para Discussão nº 215). Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td215>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

KLEIN, Eckart. Human Rights of the Third Generation. In: STARCK, Christian (Ed.). **Rights, institutions and impact of international law according to the German Basic Law: the contributions of the fed. Republic of Germany to the 2. World Congress of the Internat. Assoc. of Constitutional Law**. Baden-Baden: 1987. p. 63-73.

KLEIN, Hans Hugo. Über Grundpflichten. **Der Staat**. Zeitschrift für Staatslehre Öffentliches Recht und Verfassungsgeschichte. Berlin: Duncker & Humblot, 1975, 14. Band, Heft 1, p. 153-168.

KLEY, Andreas. **Grundpflichten Privater im schweizerischen Verfassungsrecht**. St. Gallen: Schweizerisches Institut für Verwaltungskurse an der Hochschule St. Gallen, 1989.

KLIPPEL, Diethelm; OTTO, Martin. Nachhaltigkeit und Begriffsgeschichte. In: KAHL, Wolfgang (Hrsg.). **Nachhaltigkeit als Verbundbegriff**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 39-59.

KLOEPFER, Michael. A caminho do Estado ambiental? A transformação do sistema político e econômico da República Federativa da Alemanha através da proteção ambiental especialmente desde a perspectiva da ciência jurídica. In: SARLET, Ingo W. (Org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 39-72.

_____. Auf dem Weg zum Umweltstaat? Die Umgestaltung des politischen und wirtschaftlichen Systems der Bundesrepublik Deutschland durch den Umweltschutz insbesondere aus rechtswissenschaftlicher Sicht. In: KLOEPFER, Michael (Hrsg.). **Umweltstaat**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 1989. p. 39-78.

_____. Droht der autoritäre ökologische Staat? In: BAUMEISTER, Hubertus. **Wege zum ökologischen Rechtsstaat: Umweltschutz ohne Öko-Diktatur**. Taunusstein: Blottner, 1994. p. 42-50.

_____. Eröffnungsvortrag: Das Ladenburger Kolleg Umweltstaat – Resultate und Perspektiven. In: KLOEPFER, Michael (Hrsg.). **Umweltstaat als Zukunft:** juristische, ökonomische und philosophische Aspekte: Ergebnisse des Ladenburger Kollegs „Umweltstaat“. Bonn: Economica Verlag, 1994. p. 3-40.

_____. Langzeitverantwortung im Umweltstaat. In: KLOEPFER, Michael (Hrsg.). **Umweltstaat als Zukunft:** juristische, ökonomische und philosophische Aspekte: Ergebnisse des Ladenburger Kollegs „Umweltstaat“. Bonn: Economica Verlag, 1994. p. 192-193.

_____. Staatsaufgabe Umweltschutz. **Deutsches Verwaltungsblatt** (DVBL). Köln, Berlin: Carl Heymanns Verlag, 1979. p. 639-645.

_____. (Hrsg.). **Umweltstaat**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 1989.

_____. **Umweltrecht**. 3. Aufl. München: C. H. Beck, 2004.

_____. **Umweltschutzrecht**. München: Verlag C. H. Beck, 2008.

_____. Umweltschutz als Verfassungsrecht: Zum neuen Art. 20a GG. **Deutsches Verwaltungsblatt** (DVBL). Köln, Berlin, Bonn, München: Carl Heymanns Verlag, 1996. p. 73-80.

_____. (Hrsg.). **Umweltstaat als Zukunft:** juristische, ökonomische und philosophische Aspekte: Ergebnisse des Ladenburger Kollegs „Umweltstaat“. Bonn: Economica Verlag, 1994.

_____. **Verfassungsrecht**. Band I (Grundlagen, Staatsorganisationsrecht, Bezüge zum Völker- und Europarecht). München: C. H. Beck, 2011.

_____. **Verfassungsrecht**. Band II (Grundrechte). München: C. H. Beck, 2010.

_____. **Zum Grundrecht auf Umweltschutz:** Vortrag gehalten vor der Berliner Juristischen Gesellschaft am 18. Januar 1978. Berlin, New York: de Gruyter, 1978.

_____.; MAST, Ekkehart. **Das Umweltrecht des Auslandes**. Berlin: Duncker und Humblot, 1995.

KNILL, Christoph; LIEFFERINK, Duncan. The establishment of EU environmental policy. In: JORDAN, Andrew; ADELLE, Camilla. **Environmental policy in the EU:** actors, institutions and processes. 3rd ed. London, New York: Routledge, 2013. p. 13-31.

KNOPP, Lothar. **International and European Environmental Law with reference to German Environmental Law:** a guide for international study programs. Berlin: Lexxion, 2008.

KNOPP, Lothar; HOFMANN, Jan. **Progredientes Europäisierungsphänomen im Umweltrecht:** eine aktuelle Betrachtung. Baden-Baden: Nomos, 2010.

KÖCH, Wolfgang. Risiko im Recht der Klimaanpassung. In: JAECKE, Liv; JANSEN, Gerold. (Hrsg.). **Risikodogmatik im Umwelt- und Technikrecht**: von der Gefahrenabwehr zum Risikomanagement. Tübingen: Mohr Siebeck 2012. p. 65-80.

KRÄMER, Ludwig. Thirty years of environmental governance in the European Union. In: MACRORY, Richard. **Reflections on 30 years of EU environmental law**: a high level of protection? Groningen: Europa Law Publishing, 2006. p. 553-575.

KRELL, Andreas Joachim. Art. 225, *caput* (Comentário). In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes et al. (Coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. p. 2078-2086.

_____. Problemas do licenciamento ambiental no Sistema Nacional do Meio Ambiente. **Revista de Direitos Difusos**, São Paulo, v. 27, p. 3765-3781, 2004.

KÜSTER, Hansjörg. Nachhaltigkeit: naturwissenschaftliche Illusion und kultureller Auftrag. In: BUSCH, Bernd. **Jetzt ist die Landschaft ein Katalog voller Wörter**: Beiträge zur Sprache der Ökologie. Göttingen: Wallstein, 2007. p. 90-97.

LACERDA, Ludmila Lais Costa; FARO, Julio Pinheiro. Direito como Integridade do Meio Ambiente: O Dever Fundamental de Proteção do Meio Ambiente e a Proposta Interpretativa de Dworkin a Partir da Jurisprudência do Stf e do Stj. In: ULHOA, Paulo Roberto et al. (Coord.). **Direitos humanos e meio ambiente**. Vitória: Cognorama, 2014. p. 79-105.

LADENBURGER KOLLEGS „UMWELTSTAAT“. Allgemeine Thesen des Kollegs zum Umweltstaat „Ladenburger Thesen“. In: KLOEPFER, Michael (Hrsg.). **Umweltstaat als Zukunft**: juristische, ökonomische und philosophische Aspekte: Ergebnisse des Ladenburger Kollegs „Umweltstaat“. Bonn: Economica Verlag, 1994. p. 103-105.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

LAGO, Daniel H. La réforme de la constitution argentine et la reconnaissance du droit a l'environnement. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, numéro 1, p. 49-59, 1998.

LANCHESTER, Fulco. Los deberes constitucionales em el derecho comparado. **Revista de Derecho Constitucional Europeo – Homenaje a Peter Häberle (III)**, año 7, nº 13, p. 67-81, enero-junio de 2010.

LANDA, Cesar. La constitucionalización del derecho peruano. **Derecho PUCP: revista de la Facultad de Derecho de la Pontificia Universidad Católica del Perú**, Lima: Fondo Editorial de la PUCP, v. 71, p. 13-37, 2013.

LATRE, José Luis Bermejo. Le politiche ambientali in Italia nella transizione del Ventesimo secolo. **Rivista Giuridica dell'Ambiente**, Milano: Giuffrè, n. 5, p. 755-781, 2008.

LAVIEILLE, Jean-Marc. O Direito Internacional do Meio Ambiente: quais possibilidades para resistir e construir? In: KISHI, Sandra Akemi Shimada et al. (Org.). **Desafios do direito ambiental no século XXI**: estudos em homenagem a Paulo Affonso Lemes Machado. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 180-205.

LEIMBACHER, Jörg. **Die Rechte der Natur**. Basel, Frankfurt am Main: Helbing & Lichtenhahn, 1988.

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia após a Rio-92: a necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 67-91.

LEITE, José Rubens Morato. Estado de Direito Ambiental no Brasil: uma visão evolutiva. In: FARIAS, Talden; COUTINHO, Francisco Seráphico da Nóbrega (Coords.). **Direito Ambiental**: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 115-129.

_____. Sociedade de risco e Estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 130-204.

_____; AYALA, Patrick de Araújo. Estado de Direito Ambiental e sensibilidade ecológica: os novos desafios à proteção da natureza em um Direito Ambiental de segunda geração. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Os “novos” direitos no Brasil**: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 219-256.

LEAL, Carla Reita Faria; MARTINAZZO, Waleska Malvina Piovan. A utilização da sustentabilidade e dos princípios de direito ambiental para a concretização do Estado de Direito Ambiental. In: AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental e sustentabilidade**: desafios para a proteção jurídica da sociobiodiversidade. Curitiba: Juruá, 2012. p. 39-49.

LEMA, Alberto Manuel García. La interpretación de la reforma de 1994 y el capítulo segundo de la primera parte de la constitución. In: DALLA VIA, Alberto Ricardo; LEMA, Alberto Manuel García (Orgs.). **La Constitución reformada y sus normas reglamentarias**. Nuevos derechos y garantías. Tomo I. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2008. p. 81-96.

LLORENTE, Rubio. Los deberes constitucionales: **Revista Española de Derecho Constitucional**, Espanha: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, año 21, nº 62, p. 11-56, mayo/agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=6&IDN=364&IDA=25564>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

LOMBARDI, Giorgio. **Contributo allo studio dei doveri costituzionali**. Milano: A. Giuffrè, 1967.

LOWE, Vaughan. Sustainable development and unsustainable arguments. In: BOYLE, Alan; FREESTONE, David. **International law and sustainable development: past achievements and future challenges**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 19-37.

LUCHTERHANDT, Otto. **Grundpflichten als Verfassungsproblem in Deutschland**. Geschichtliche Entwicklung und Grundpflichten unter dem Grundgesetz. Berlin: Dunker & Humblot, 1988.

LUCIANI, Massimo. Sui Diritti Sociali. In: PACE, Alessandro. **Studi in Onore di Manlio Mazzioti di Celso**. v. II. Padova: CEDAM, 1995.

LÜCKE, Jörg. Das Grundrecht des einzelnen gegenüber dem Staat auf Umweltschutz. **Die Öffentliche Verwaltung**: Zeitschrift für Verwaltungsrecht und Verwaltungspolitik (DÖV). 29.Jahrgang. Stuttgart: W. Kohlhammer, Heft 9, Mai 1976, p. 289-296.

LUÑO, Antonio Enrique Perez. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución**. 8. ed. Madrid: Tecnos, 1984.

LYRIO, Marco Roberto Serra. Vinte anos de vivência do direito internacional do meio ambiente (1972-1992). In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Org.). **O novo direito internacional do meio ambiente**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 83-100.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

MADDALENA, Paolo. L'ambiente: prolegomeni per una tutela giuridica. **Rivista Giuridica dell'Ambiente**, Milano: Giuffrè, n° 3-4, p. 523-533, 2008.

MAGALHÃES, Marco Túlio Reis. A justiciabilidade do direito à saúde, previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a partir de sua dimensão de proteção ambiental. **Revista de Direito Sanitário – CEPEDISA** (Núcleo de Pesquisas em Direito Sanitário NAP-DISA/USP), São Paulo: LTR, v. 9, n° 2, p. 132-150, jul./out. 2008.

_____. Comentários sobre as relações constitucionais do meio ambiente nos vinte anos da Constituição Federal. In: MENDES, Gilmar Ferreira; VALE, André Rufino do; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. (Org.). **A jurisprudência do STF nos 20 anos da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 243-262. (Série IDP).

_____. Proteção ambiental, modernidade e a ética da responsabilidade de Hans Jonas. In: SANTOS, Bruno Grego dos; BERNARDO, Leandro Ferreira; FRACALOSS, William (Org.). **Temas avançados da advocacia pública: direito ambiental, sustentabilidade e advocacia pública**. v. II. Maringá: Unicorpore, 2012. p. 169-201.

_____. Será o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado um direito fundamental? Em busca da nota de fundamentalidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Prismas: Direito, Política e Mundialização**, v. 3, n° 2, jul./dez. 2006. Brasília: Uniceub, 2006. p. 235-254.

MAGRAW, Daniel Barstow; HAWKE, Lisa D. Sustainable development. In: BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen (Ed.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 613-638.

MARCI, René. Menschenpflichten – eine Gedanken- und Systemskizze. In: MARCI, René et al. (Hrsg.). **Internationale Festschrift für Alfred Verdross zum 80. Geburtstag**. München, Salzburg: Wilhelm Fink Verlag, 1971, p. 221-257.

MARQUES, Angélica Bauer. A cidadania ambiental e a construção do Estado de Direito do Meio Ambiente. In: FERREIRA, Helena Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Estado de Direito Ambiental: tendências: aspectos constitucionais e diagnósticos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 169-186.

MARTENS, Marc. Constitutional Right to a Healthy Environment in Belgium. **Review of European Community & International Environmental Law** (Reciel), Oxford; Malden: Blackwell Publishing Ltd, v. 16, issue 3, p. 287-297, 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis. **Introdução ao estudo sobre os deveres fundamentais**. Salvador: JusPODIVM, 2011.

_____. Os deveres fundamentais no Estado Moderno. In: GODINHO, Helena Telino Neves; FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros (Coord.). **Direito Constitucional em Homenagem a Jorge Miranda**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. p. 61-76.

MATEO, Ramón Martín. **Manual de derecho ambiental**. Madrid (Espanha): Trivium, 1995.

_____. **Tratado de derecho ambiental**. v. I. Madrid: Editorial Trivium, 1991.

MAY, James R. Constituting fundamental environmental rights worldwide. **Pace Environmental Law Review**, nº 23, p. 113-182, 2005-2006.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; AYALA, Patrick de Araújo. Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente: o direito brasileiro e a Convenção de Aarhus. **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v. 413, p. 514-547, jan./jul. 2011.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. Tradução de Inês M. F. Litto, revisão de Eglacy Porto Silva. Título original: Limits to Growth. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Jogen; MEADOWS, Dennis. **Limites do crescimento**: a atualização de 30 anos. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2007.

MEDAUAR, Odete. **Controle da Administração Pública**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MELLO, Paula Susanna Amaral. **Direito ao meio ambiente e proibição do retrocesso**. São Paulo: Atlas, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDIETA, Manuel Villoria. **La modernización de la administración como instrumento al servicio de la democracia**. Madrid: Inap, 1996.

MENDOZA, Xavier; VERNIS, Alfred. El Estado relacional y la transformación de las administraciones públicas. In: LONGO, Francisco; YSA, Tamyko (Ed.). **Los escenarios de la gestión pública del siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2008. p. 37-62.

MERTEN, Detlef. Grundpflichten im Verfassungssystem der Bundesrepublik Deutschland. In: **Bayerische Verwaltungsblätter: Zeitschrift für öffentliches Recht und öffentliche Verwaltung (BayVBl.)**. Heft 18. München: Boorberg, 1978. p. 554-559.

MEYER-ABICH, Klaus Michael. **Aufstand für die Natur: von der Umwelt zur Mitwelt**. München, Wien: Carl Hanser Verlag, 1990.

MICHEL, Lutz H. **Staatszwecke, Staatsziele und Grundrechtsinterpretation unter besonderer Berücksichtigung der Positivierung des Umweltschutzes im Grundgesetz**. Frankfurt am Main, Bern, New York. Peter Lang, 1986.

MILOVIC, Miroslav. **Comunidade da diferença**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

MILLOY, Steven. **How environmentalists plan to control your life and what you can do to stop them**. Washington: Regnery publishing inc., 2009.

MIRANDA, Jorge. Direito ao ambiente. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Estudos em homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel**. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 329-337.

_____. **Manual de direito constitucional**. Tomo IV. Direitos Fundamentais. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1998.

_____. **O essencial sobre a constituição portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986. (Coleção Essencial nº 15).

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Tradução da edição portuguesa. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MOCO, Marcolino. Direitos Humanos: As particularidades africanas. In: CRUZ, Domingos da (Org.). **África e direitos humanos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 31-53.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Racionalidade ecológica e estado socioambiental e democrático de direito**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4093>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAND-DEVILLER, Jacqueline. La Charte de l'environnement et le débat idéologique. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, numéro spécial (La Charte Constitutionnelle de l'environnement en vigueur), p. 97-106, 2005.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Direito da participação política**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

_____. **Poder, direito e Estado: o direito administrativo em tempos de globalização – in memoriam** de Marcos Juruena Villela Souto. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MORENO, José Luis Villegas. Hacia la configuración del estado ambiental de derecho. El caso venezolano. **Revista de derecho público: derecho ambiental III**, Santa Fé: Rubinzal - Culzoni, p. 413-448, 2010.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 107-141.

MOSLEY, Stephan. **The environment in world history**. London: Routledge, 2010.

MÜLLER, Friedrich. **Juristische Methodik**. Band I (Grundlagen, Öffentliches Recht). 9. neu bearbeitete und stark erweiterte auflage. Duncker & Humblot: Berlin, 2004.

MÜNKLER, Laura. Der Umweltstaat. In: VON PETER, Friedrich Bultmann (Hrsg.). **Allgemeines Verwaltungsrecht: Institute, Kontexte, System; Festschrift für Ulrich Battis zum 70. Geburtstag**. München: Beck, 2014. p. 143-157.

MURSWIEK, Dietrich. **Umweltschutz als Staatszweck: Die ökologischen Legitimitätsgrundlagen des Staates**. Bonn: Economica Verlag, 1995.

NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos: contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo**. Coimbra (Portugal): Almedina, 1998.

NEWTON, Peter W.; DOHERTY, Peter. The challenges to urban sustainability and resilience. In: PEARSON, Leonie J.; NEWTON, Peter W.; ROBERTS, Peter. (Org.). **Resilient sustainable cities: a future**. New York: Routledge, 2014. p. 7-18.

NIKOLOPOULOS, T.; HAÏDARLIS, M. La constitution, la jurisprudence et la protection de l'environnement en Grèce. **Revue Juridique de l'Environnement**, Limoges: SFDE, numéro spécial (La Charte Constitutionnelle de l'environnement en vigueur), p. 63-72, 2005.

NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVAIS, Jorge Reis. **Contributo para uma teoria do Estado de**. 7. ed., 5. reimp. Coimbra: Almedina, 2006.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. O uso de instrumentos econômicos na normas de proteção ambiental. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 101, p. 357-379, 2006.

_____. Políticas ambientais e modalidades de intervenção estatal. Reabilitando as técnicas de direção. In: ANDRADE, José Maria Arruda de; COSTA, José Augusto Fontoura; MATSUO, Alexandra Mery Hansen (Org.). **Direito: teoria e experiência**. v. 2. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 1173-1192.

OEA – Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. (Aprovada na Nona Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948). Documentos básicos. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/declaracion.asp>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Participação administrativa. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: Editora NDJ, ano XXI, nº 11, p. 1248-1266, nov. 2005.

OLIVEIRA, Liziane P. S.; BERTOLDI, Márcia R. A importância do *soft law* na evolução do direito internacional. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, v. 10, p. 6265-6289, 2012. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2012/10/2012_10_6265_6289.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987**: quais são, onde buscá-las e como usá-las. Brasília: Senado Federal, 1993.

OMOTO, João Akira. A efetividade da tutela processual socioambiental. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; AHMED, Flávio; CAVALCA; Renata Falson (Coord.). **Temas fundamentais de direitos difusos e coletivos**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 131-161.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração de Ban Ki-moon à Assembleia Geral da ONU sobre os resultados da Rio+20**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/br/blog/>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

ORTH, Erika Elisabeth, **Grundrecht auf Umweltschutz in Europa?** Eine rechtsdogmatische Einordnung des Art. 37 GRC. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, Bruxelles, New York, Oxford, Wien: Peter Lang, 2007.

PACE, Alessandro. **Problematica delle libertà costituzionali**: lezione. Parte generale. Seconda edizione. Padova: CEDAM, 1990.

PACHECO, Cláudio Gonçalves. As desventuras de um Estado de Direito Ambiental. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 52, nº 205, p. 297-317, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/509954>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. Los deberes fundamentales. **Doxa – Cuadernos de Filosofía del Derecho**, nº 4, p. 329-341, 1987. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmexp7d3>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. A proteção do meio ambiente na OMC: restrição legítima ao comércio internacional de mercadorias? In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves (Org.). **Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo**. Estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 425-453.

PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração Pública democrática: institutos de participação popular na Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PERNTHALER, Peter. **Allgemeine Staatslehre und Verfassungslehre**. Wien, New York: Springer, 1986. p. 163.

_____. **Allgemeine Staatslehre und Verfassungslehre**. 2. völlig neubearbeitet auflage. Wien, New York: Springer, 1996.

PETRY, André. É a destruição criativa (Entrevista com Daron Acemoglu). **Revista Veja**, São Paulo: Editora Abril, edição 2168, p. 20-21, 9 jun. 2010.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. **Grundrechte. Staatsrecht II**. 26. aufl. Heidelberg: C.F. Müller, 2010.

_____; _____. **Direitos fundamentais**. Tradução de Antônio Francisco de Souza e Antônio Franco. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIETRZAK, Alexandra. **Umweltrechtliche Grundpflichten – Möglichkeiten und Grenzen: eine Untersuchung anhand des Öffentlichen Rechts und des Strafrechts**. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, New York, Paris, Wien: Peter Lang, 1999.

PLATIAU, Ana Flávia Barros. A legitimidade da governança global ambiental e o princípio da precaução. In: VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros (Org.) **Princípio da Precaução**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 401-415.

PRIEUR, Michel. **Droit de l'environnement, droit durable**. Bruxelles: Bruylant, 2014.

_____. La Charte de L'environnement: droit dur ou gadget politique? **Pouvoirs**, nº 127, p. 49-65, 2008/4. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-pouvoirs-2008-4-page-49.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

QUIROGA LAVIÉ, Humberto; BENEDETI, Miguel Ángel; CENICACELAYA, María de Las Nieves. **Derecho Constitucional Argentino**. Tomo I. Buenos Aires; Santa Fe; Córdoba: Rubinzal-Culzoni, 2001.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RAMOS, Erasmo Marcos. **Direito ambiental comparado: Brasil-Alemanha-EUA: uma análise exemplificada dos instrumentos ambientais brasileiros à luz do direito comparado.** Maringá: Midiograf II, 2009.

RAMSAUER, Ulrich. Europäisierung des Naturschutzrechts. In: ERBGUTH, Wilfried. **Europäisierung des nationalen Umweltrechts: stand und perspektiven.** Rostocker Umweltrechtstag 2000. Baden-Baden: Nomos, 2001. p. 107-135.

RANDALL, Alan. **Risk and precaution.** Cambridge (UK)/New York: Cambridge University Press, 2011.

RAUSCHNING, Dietrich. Staatsaufgabe Umweltschutz (Bericht von Professor Dr. Dietrich Rauschning. Zweiter Beratungsgegenstand). In: Veröffentlichungen der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer n. 38 (VVDStRL 38). **Deutschland nach 30 Jahren Grundgesetz (Rudolf Bernhardt u. Norbert Achterberg).** Staatsaufgabe Umweltschutz (Dietrich Rauschning u. Werner Hoppe): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Berlin vom 3. - 6. Oktober 1979. Berlin, New York: de Gruyter, 1980. p. 167-210.

REAGAN, Tom. **The case for animal rights.** Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1983.

RENGELING, Hans-Werner; SZCZEKALLA, Peter. **Grundrechte in der Europäischen Union: Charta der Grundrechte und allgemeine Rechtsgrundsätze.** Köln, Berlin, München: Carl Heymanns Verlag, 2004.

RENGELING, Hans-Werner. Umweltschutz in der Charta der Grundrechte der Europäischen Union. In: FRANZIUS, Claudio et al. (Hrgs.). **Beharren.** Bewegen: Festschrift für Michael Kloepfer zum 70. Geburtstag. Berlin: Duncker & Humblot, 2013. p. 161-173.

REVORIO, Francisco Javier Díaz. Derechos humanos y deberes fundamentales. Sobre el concepto de deber constitucional y los deberes en la Constitución Española de 1978. **Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla (IUS)**, México, ano V, nº 28, p. 278-310, jul./dic. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-21472011000200013>. Acesso em: 6 dez. 2016.

RHINOW, René; SCHEFER, Markus. **Schweizerisches Verfassungsrecht.** 2 erweiterte auflage. Basel: Helbing Lichtenhahn Verlag, 2009.

RINCÓN, Fernando Guerra. En materia ambiental: veinte años de la Constitución del 91 entre las realizaciones y la tragedia. In: BRAND, Mario Montoya; RESTREPO, Nataly Montoya (Ed.). **Reflexiones constitucionales: a propósito de dos décadas de la Constitución en Colombia.** Medellín: Fondo Editorial Universidad Eafit, 2012. p. 233-266.

ROCHA, João Carlos de Carvalho. A emergência dos refugiados ambientais. In: ROCHA, João Carlos de Carvalho; CAZETA, Ubiratan; HENRIQUES FILHO, Tarcísio Humberto Parreiras (Org.). **Direitos Humanos: desafios humanitários contemporâneos – 10 anos do**

Estatuto dos refugiados (Lei 9474, de 22 de julho de 1997). Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 245-271.

RODRIGUES, Geisa de Assis. Artigo 225 (Comentário). In: BONAVIDES, Paulo et al. (Coords.). **Comentários à Constituição Federal de 1988**, Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 2343-2367.

RODRIK, Dani. **One economics, many recipes**: globalization, institutions and economic growth. Princeton: Princeton University Press, 2007.

ROIG, Rafael de Asís. **Deberes y obligaciones em la constitucion**. 1989. 1026f. (Doutorado em Filosofía del Derecho, Moral y política) – Universidad Carlos III de Madrid, Espanha, 1989. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10016/15827>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SABEL, Charles F. Bootstrapping development: rethinking the role of public intervention in promoting growth. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (Org.). **On capitalism**. California: Stanford University Press, 2007. p. 305-341.

_____; REDDY, Sanjay G. Learning to learn: undoing the gordian knot of development today. **Challenge**, v. 50, nº 5, p. 73-92, 2007.

SABSAY, Daniel. Los derechos colectivos y los intereses difusos. In: ALBANESE, Susana et al. **Derecho Constitucional**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 2004. p. 221-245.

SALADIN, Peter. Unternehmen und Unternehmer in der verfassungsrechtlichen Ordnung der Wirtschaft (Bericht von Professor Dr. Peter Saladin. Erster Beratungsgegenstand). In: VERÖFFENTLICHUNGEN DER VEREINIGUNG DER DEUTSCHEN STAATSRECHTSLEHRER Nº 35 (VVDStRL 35). **Unternehmen und Unternehmer in der verfassungsrechtlichen Ordnung der Wirtschaft (Peter Saladin u. Hans-Jürgen Papier)**. Der Schutz der Allgemeinheit und der individuellen Rechte durch die polizei- und ordnungsrechtlichen Handlungsvollmächte der Exekutive (Uwe Erichsen u. Franz-Ludwig Knemeyer): Berichte und Diskussionen auf der Tagung der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer in Heidelberg vom 6. bis 9. Oktober 1976. Redaktion: Prof. Dr. Jochen Abr. Frowein. Berlin, New York: de Gruyter, 1977. p. 7-54.

_____. **Verantwortung als Staatsprinzip**: ein neuer Schlüssel zur Lehre vom modernen Rechtsstaat. Bern, Stuttgart: Haupt, 1984.

_____; ZENGER, Christoph Andreas. **Rechte künftiger Generationen**. Helbing & Lichtenhahn Verlag AG. Basel; Frankfurt: 1988.

SALARDI, Silvia. Il diritto internazionale in matéria di sviluppo sostenibile. Quali progressi dopo Rio? **Rivista Giuridica dell'Ambiente**, Milano: Giuffrè, nº 3-4, p. 657-682, 2008.

SALDANHA, Nelson. **Ética e história**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SALZWEDEL, Jürgen. Schutz der natürlichen Lebensgrundlagen. In: ISENSEE, Josef; KIRCHHOF, Paul. **Handbuch des Staatsrechts der Bundesrepublik Deutschland**. 3. auflage. Heidelberg: C. F. Müller Verlag, 2006, Band IV (Aufgaben des Staates), §97, p. 1109-1157.

SAND, Peter H. The evolution of international environmental law. In: BODANSKY, Daniel; BRUNNÉ, Jutta; HEY, Ellen (Ed.). **The Oxford Handbook of International Environmental Law**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 29-43

SANDS, Philippe; GALIZZI, Paolo. **Documents in International Environmental Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline (with contributing authors: AGUILAR, Adriana Fabra; MACKENZIE, Ruth). **Principles of international environmental law**. 3rd ed. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização, 2002. p. 65-82.

SARKER, Tapan et al. **The political economy of sustainable development: policy and Market mechanisms**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Estado Socioambiental e mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo W. (Org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 11-38.

SARLET, Ingo Wolfgang; MACHADO, Paulo Affonso Leme; FENSTERSEIFER, Tiago. **Constituição e legislação ambiental comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SASSEN, Saskia. **A sociology of globalization**. New York: W. W. Norton, 2007.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. Zur Europäisierung des allgemeinen Verwaltungsrechts. In: BADURA, Peter; SCHOLZ, Rupert. **Wege und Verfahren des Verfassungslebens: Festschrift für Peter Lerche zum 65. Geburtstag**. München: C. H. Beck, 1993. p. 513-527.

SCHMIDT, Reiner; KAHL, Wolfgang. **Umweltrecht**. 8., vollst. überarb. und erw. auflage. München: C. H. Beck, 2010.

SCHMIDT, Reiner. Der Staat der Umweltvorsorge. **Die Öffentliche Verwaltung (DÖV)**: Zeitschrift für öffentliches Recht und Verwaltungswissenschaft. Stuttgart [u.a.]: Kohlhammer, Heft 18, September, 47. Jahrgang, 1994, p. 749-756.

SCHMITT, Carl. **Verfassungslehre**. 3. unveränderte auflage - Neudr. [der Ausg.] Berlin 1928 (Reimpressão da edição de 1928). Berlin: Duncker & Humblot, 1954.

SCHMIDT, Thorsten Ingo. **Grundpflichten**. Baden-Baden: Nomos-Verlagsgesellschaft, 1999.

SCHRÖDER, Meinhard. Einwirkungen des Europäischen Gemeinschaftsrechts auf das Bundes-Immissionsschutzgesetz; Überblick über 25 Jahre. In: CZAJKA, Dieter; HANSMANN, Klaus; REBENTISCH, Manfred. **Immissionsschutzrecht in der Bewährung** – 25 Jahre Bundes-Immissionsschutzgesetz – Festschrift für Gerhard Feldhaus zum 70. Geburtstag. Heidelberg: C. F Müller, 1999. p. 299-311.

SCHULZE, Clenio Jair. Os deveres fundamentais no Estado Constitucional Ambiental. **Revista Síntese Direito Ambiental**, ano III, nº 13, p. 94-117, maio./jun. 2013.

SCHUMACHER WOLKMER, Maria de Fátima; DA SILVA PAULITSCH, Nicole. O Estado de Direito Socioambiental e a governança ambiental: ponderações acerca da judicialização das políticas públicas ambientais e da atuação do poder judiciários. **Novos Estudos Jurídicos**, [S.l.], v. 18, nº 2, p. 256-268, ago. 2013. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4678/2590>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

SCHÜßLER, Rudolf. Nachhaltigkeit und Ethik. In: KAHL, Wolfgang (Hrsg.). **Nachhaltigkeit als Verbundbegriff**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. p. 60-79.

SCHUPPERT, Gunnar Folke. Über Grundpflichten des Bürgers und die Funktionen des Verwaltungsverfahrens – Bericht über die Staatsrechtslehrertagung 1982 in Konstanz. **Archiv des öffentlichen Rechts (AöR)**. Tübingen: Mohr, Dezember 1982, Band 107, Heft 4, p. 614-629.

SCHWARTZ, Bernard. **Direito Constitucional americano**. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

SELLNER, Dieter. Die Grundpflichten im Bundes-Immissionsschutzgesetz. In: BACHOF, Otto; HEIGL, Ludwig; REDEKER, Konrad. **Verwaltungsrecht zwischen Freiheit, Teilhabe und Bindung**: Festgabe aus Anlaß des 25jährigen Bestehens des Bundesverwaltungsgerichts. München: C. H. Beck, 1978. p. 603-618.

SHAPIRO, Mario. Repensando a relação entre Estado, direito e desenvolvimento: os limites do paradigma Rule of Law e a relevância das alternativas institucionais. In: DIMOULIS, Dimitri; VIEIRA, Oscar Vilhena. **Estado de direito e o desafio do desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 121-167.

SHERRY, Clifford J. **Animal rights: a reference handbook**. 2nd ed. Santa Barbara, Denver (United States); Oxford (England): ABC-Clio, 2009.

SHULZE-FIELITZ, Helmuth. Schutz der natürlichen Lebensgrundlagen. In: DREIER, Horst. **Grundgesetz-Kommentar**. 3. auflage, Band II, Artikel 20-82. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015. Article 20a, p. 308-345.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Direito ambiental internacional**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002.

SILVA, Heleno Florindo da. A patrimonialização do meio ambiente e o novo constitucionalismo latino-americano: a Pachamama e a busca pelo buen vivir. In: ULHOA, Paulo Roberto et al. (Coord.). **Direitos humanos e meio ambiente**. Vitória: Cognorama, 2014. p. 31-50.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 9. ed. atual. até a Emenda Constitucional 83, de 5.8.2014. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. 10. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde Cor de Direito**: lições de direito do ambiente. Coimbra: Almedina, 2002.

SIRVINKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Direito Internacional do meio ambiente**: emergência, obrigações e responsabilidades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

STEIGER, Heinhard (Rapporteur/Reporter/Berichterstatter). **Le droit à un environnement humain**: proposition pour un protocole additionnel à la Convention européenne des Droits de l'Homme = **The right to a Humane Environment**: Proposal for an additional Protocol to the European Human Rights Convention = **Das Recht auf eine menschenwürdige Umwelt**: Vorschlag eines Zusatzprotokolls zur Europäischen Menschenrechtskonvention. Le Groupe de Travail pour le droit de renvironnement (Bonn) = The Working Group for Environmental Law (Bonn) = Arbeitskreis für Umweltrecht (Bonn). Berlin: Erich Schmidt, 1973.

STEIGER, Heinhard. **Mensch und Umwelt**: zur Frage der Einführung eines Umweltgrundrechts. Berlin: Erich Schmidt, 1975.

STEINBERG, Rudolf. **Der Ökologische Verfassungstaat**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.

STERN, Klaus. **Das Staatsrecht der Bundesrepublik Deutschland**. Band 3 (Allgemeine Lehren der Grundrechte), Halbband 2 (Grundrechtstatbestand,

Grundrechtsbeeinträchtigungen und Grundrechtsbegrenzungen, Grundrechtsverluste und Grundpflichten, Schutz der Grundrechte, Grundrechtskonkurrenzen, Grundrechtssystem), unter Mitwirkung von Michael Sachs. München: 1994, § 88, p. 985-1067.

STERN, Klaus. Die Charta der Grundrechte der Europäischen Union vor und nach Lissabon. In: BREUER, Marten et al. (Hrgs.). **Der Staat im Recht**: Festschrift für Eckart Klein zum 70. Geburtstag. Berlin: Duncker & Humblot, 2013, p. 6769-686.

STERN, Klaus. Idee und Herkunft des Grundpflichtendenkens. In: HAILBRONNER, Kay; RESS, Georg; STEN, Torsten. **Staat und Völkerrechtsordnung**: Festschrift für Karl Doebling. Berlin, New York, London, Paris, Tokyo, Hong Kong: Springer, 1989. p. 969-984.

STIGLITZ, Joseph. **Freefall**. America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

STOBER, Rolf. **Direito Administrativo Econômico geral**. Tradução de Antônio Francisco de Souza. Edição integralmente revista e adaptada da versão portuguesa (2008). São Paulo: Saraiva, 2012. (Série IDP).

_____. Entwicklung und Wandel der Grundpflichten. In: ACHTERBERG, Norbert; KRAWIETZ, Werner; WYDUCKEL, Dieter. **Recht und Staat im sozialen Wandel**: Festschrift für Hans Ulrich Scupin zum 80. Geburtstag. Berlin: Duncker & Humblot, 1983. p. 643-661.

STOBER, Rolf. Grundpflichten als verfassungsrechtlichen Dimension. In: **Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht**. München und Frankfurt am Main: C. H. Beck, 1982. p. 473-479.

_____. **Grundpflichten und Grundgesetz**. Schriften zum Öffentlichen Recht. Berlin: Duncker & Humblot, 1979.

_____. **Handbuch des Wirtschaftsverwaltungs- und Umweltrechts**. Stuttgart, Berlin, Köln. Kohlhammer, 1989.

STUTTMANN, Martin. **Umweltrecht**: Naturschutz, Immissionsschutz, Abfallrecht, Bodenschutz, Wasserrecht. Münster: Alpmann Schmidt, 2009.

SUETENS, Louis-Paul. Le droit à la protection d'un environnement sain (article 23 de la constitution belge). In: PRIEUR, Michel; LAMBRECHTS, Claude. **Les hommes et l'environnement**: quels droits pour le vingt-et-unième siècle? (Etudes en hommage à Alexandre Kiss) = Mankind and the environment: what rights for the twenty-first century? Paris: Éditions Frison-Roche, 1998. p. 489-498.

SUNSTEIN, CASS R. **Laws of fear** – beyond the precautionary principle. New York: Cambridge University Press, 2009a.

_____. **Risk and reason**: safety, law and the environment. New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. **Worst case scenarios**. Massachusetts: Harvard University Press, 2009b.

TAMANAH, Brian Z. The primacy of society and the failure of law and development. **Cornell International Law Journal**, v. 44, n° 2, p. 209-248, 2011.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Democracia representativa y participativa: ¿complementariedad o combinación subordinada? Reflexiones acerca de las instituciones participativas y La gestión pública en la ciudad de São Paulo (2000-2004). In: CLAD; Gobierno de España. **Contraloría y participación social en la gestión pública**. Venezuela: CLAD, 2007. p. 15-60.

TAVARES, Rita. Constituintes ‘verdes’ defendem o meio ambiente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16.05.1988 (segunda-feira). Caderno de Política, p. A.6. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/106644>>. Acesso em: 18 out. 2016.

TOMUSCHAT, Christian. Grundpflichten des Individuums nach Völkerrecht. **Archiv des Völkerrechts**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1983, 21. Band, n. 3, p. 289-315. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40798060>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

TOUGAS, Marie-Louise. Principle 24: The environment in armed conflict. In: VIÑUALES, Jorge E. **The Rio Declaration on Environment and Development**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 569-584.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Instituições e desenvolvimento econômico – uma análise crítica das ideias de Douglas North. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 29, n° 1, p. 95-112, jan./mar. 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio-ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

TRUBEK, David M. A coruja e o gatinho: há um futuro para o “direito e desenvolvimento”? In: FABIANI, Emerson R. (Org.). **Impasses e aporias do direito contemporâneo**: estudos em homenagem a José Eduardo Faria. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 51-57.

TRUBEK, David M.; GALANTER, Marc. Acadêmicos auto-alienados. Reflexões sobre a crise norte-americana da disciplina “direito e desenvolvimento”. In: RODRIGUEZ, José Rodolfo (Org.). Tradução de José R. Rodriguez e José R. Zullo. **O novo direito e desenvolvimento**: presente, passado e futuro (textos selecionados de David M. Trubek). São Paulo: Saraiva, 2009. p. 123-184.

UNEP – United Nations Environment Programme; DEWA – Division of Early Warning and Assessment. **GEO year-book**: an overview of our changing environment. Nairobi: UNEP, 2007.

_____; _____. **GEO year-book**: emerging issues in our global environment. Nairobi: UNEP, 2011.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às**

Gerações Futuras. Adotada em 12 de novembro de 1997 pela Conferência Geral da UNESCO em sua 29^a sessão. Tradução de Milena Leal Pacheco. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

UNRUH, Peter. **Zur Dogmatik der grundrechtlichen Schutzpflichten.** Berlin: Duncker & Humblot, 1996.

VARELLA, Marcelo D. O Acúmulo de lógicas distintas no direito internacional: conflitos entre comércio internacional e meio ambiente. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada et al. (Orgs.). **Desafios do direito ambiental no século XXI:** estudos em homenagem a Paulo Affonso Lemes Machado. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 635-657.

VARELLA, Marcelo D. O surgimento e a evolução do direito internacional do meio ambiente: da proteção da natureza ao desenvolvimento sustentável. In: VARELLA, Marcelo D.; PLATIAU, Ana Flávia Barros (Org.). **Proteção internacional do meio ambiente.** Brasília: Unitar, Uniceub e UnB, 2009. p. 6-25.

VIANNA LOPES, Júlio Aurélio. **A carta da democracia:** o processo constituinte na ordem pública de 1988. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

VIOLANTE, Luciano. **Il dovere di avere doveri.** Torino: Giulio Einaudi Editore, 2014.

WEIL, Prosper. Towards relative normativity in International Law? **The American Journal of International Law**, v. 77, Issue 3, p. 413-442, jul. 1983.

WEIZSÄCKER, Ernst Ulrich von. **Erdpolitik:** ökologische Realpolitik an der Schwelle zum Jahrhundert der Umwelt. Frankfurt am Main, Wien: Büchergilde Gutenberg, 1990.

WESCHENFELDER, Paulo Natalício. **Do direito constitucional ao meio ambiente equilibrado:** a construção de uma cultura. Caixas do Sul (RS): Educs, 2012.

WIEGAND-HOFFMEISTER, Bodo. **Die Umweltstaatlichkeit der Bundesrepublik Deutschland im Spiegel staatsphilosophischer, europa-, verfassungs- und verwaltungsrechtlicher sowie rechtspolitischer Grundfragen.** Bremen: Europäischer Hochschulverlag, 2011.

WIMMER, Norbert. **Raumordnung und Umweltschutz:** der Umweltgestaltungsstaat – systematische Bezüge und praktische Probleme. Gutachten (Verhandlungen des sechsten Österreichischen Juristentages 1976), Band I. 1. Teil A. Wien: Manzsche Verlags- und Universitätsbuchhandlung, 1976.

_____. Umweltschutz als Aufgabe des öffentlichen Rechts. **Österreichische Juristen-Zeitung.** (ÖJZ). Wien: Manzsche Verlags- und Universitätsbuchhandlung, 1971, 26. Jahrgang, Heft Nr. 24. p. 645-650.

WINTER, Gerd. A natureza jurídica dos princípios ambientais em direito internacional, direito da comunidade europeia e direito nacional. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada et al. (Org.). **Desafios do direito ambiental no século XXI:** estudos em homenagem a Paulo Affonso Lemes Machado. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 120-150.

_____. Matching tasks and competences in the EC Multi-level environmental administration. In: MACRORY, Richard. **Reflections on 30 years of EU environmental law: a high level of protection?** Groningen: Europa Law Publishing, 2006. p. 399-414.

WOLF, Susan; STANLEY, Neil. **Wolf and Stanley on environmental law**. 5th revised ed. United Kingdom: Taylor & Francis, 2011.

WOLFRUM, Rüdiger; GROTE, Rainer; FLANZ, Gilbert H. (Editor Emeritus). **Constitutions of the countries of the world: a series of updated texts, constitutional chronologies and annotated bibliographies**. Dobbs Ferry, New York: Oceana Publications, 2015. Binder VII (The Hellenic Republic (Greece) Constitution; Release 2010-3, Issue April 2010)

YARZA, Fernando Simón. **Medio ambiente y derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2012.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. A proteção do meio ambiente e dos direitos fundamentais correlatos no sistema constitucional brasileiro. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; AHMED, Flávio; CAVALCA; Renata Falson (Coord.). **Temas fundamentais de direitos difusos e coletivos: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 1-66.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

BELGIEN. **Die Verfassung Belgiens** (Juristischer Dienst der Senat D/2015/3427/03). Bélgica: Senat, 2015. p. 15. Disponível em: <http://www.senate.be/deutsch/20151023_die_Verfassung.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. **Decreto n° 350, de 21 de novembro de 1991**. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0350.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto n° 5.208, de 17 de setembro de 2004**. Promulga o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5208.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Quadro histórico artigo 225 da Constituição Federal de 1988 [mensagem institucional]**. Documento em formato Word, recebido, por e-mail, em 14.07.2016 (encaminhado por Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – Corpi).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 71/2012 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2013. p. 9.

BRASIL. **Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais “Protocolo de São Salvador”, concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3321.htm>. Acesso em: 19 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.** Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 19 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras

providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Anais da Assembleia Constituinte. **Anteprojeto Afonso Arinos** (DOU, Seção 1. Suplemento Especial nº 185, 26/09/1986). Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/constituente/AfonsoArinos.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 20.07.1987 (segunda-feira). Disponível

em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup99anc20jul1987.pdf#page=162>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 26.06.1987 (sexta-feira). p. 105.

Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup84anc26jun1987.pdf#page=102>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 25.07.1987 (sábado). p. 225. Disponível

em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup104anc25jul1987.pdf#page=223>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 05.08.1987 (quarta-feira). p. 224.

Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup115anc05ago1987.pdf#page=120>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento “B”). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 27.01.1988 (quarta-feira). p. 609. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/COMSist25ext27011988.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento “B”). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 27.01.1988 (quarta-feira). p. 436-437. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/COMSist22ext27011988.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** (Suplemento). Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 27.01.1988 (quarta-feira). p. 668. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/COMSist20ord27011988.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 02.09.1988 (sexta-feira). p. 14077-14078. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/306anc02set1988.pdf#page=>>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Brasília-DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 05.10.1988 (quarta-feira), p. 14381. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/308anc05out1988.pdf#page=1>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.540-1 Distrito Federal (ADI 3.540 – MC/DF)**. Requerente: Procurador-Geral da República. Requerido: Presidente da República. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 01.09.2005. DJ 03.02.2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Ministerio Secretaría General de la Presidencia. **Texto refundido, coordinado y sistematizado de la Constitución Política de la República del Chile**. Última versión: 05.01.2017. Decreto 100, publicado em 22.09.2005. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/N?i=242302&f=2017-01-05&p=>>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

DEUTSCHLAND. Deutscher Bundestag - 16. Wahlperiode. Entwurf eines Gesetzes zur Änderung des Grundgesetzes zur Verankerung der Generationengerechtigkeit (Generationengerechtigkeitsgesetz). **Drucksache 16/3399** (BT-Drs. 16/3399), 09.11.2006. Disponível em: <<http://dip21.bundestag.de/dip21/btd/16/033/1603399.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

FRANCE. Loi constitutionnelle n° 2005-205 du 1er mars 2005 relative à la Charte de l'environnement. **Journal Officiel de la République Française (JORF)**, n° 51, p. 3697, du 2 mars 2005. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jo_pdf.do?cidTexte=JORFTEXT000000790249>. Acesso em: 17 out. 2016.

ITALIA. Senato della Repubblica. **Costituzione della Repubblica Italiana**. Roma: Senato della Repubblica, 2009. Disponível em: <<https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/costituzione.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador”**. Documentos básicos. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/sansalvador.asp>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **Convention on access to information, public participation in decision-making and access to justice in environmental matters**. Done at Aarhus, Denmark, on 25 June 1998. Disponível em: <<http://www.unece.org/fileadmin/DAM/env/pp/documents/cep43e.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development – Our Common Future**, Part I. Common Concerns, 2. Towards Sustainable Development, I. The Concept of Sustainable Development, paragraph 1 (General Assembly, 42th Session, Agenda item n. 82e, Annex of UN Doc. A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment, 04.08.1987). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development – Our Common Future** (General Assembly, 42th Session, Agenda item n. 82e, Annex of UN Doc. A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment, 04.08.1987) Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N87/184/67/img/N8718467.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development – Our Common Future**, From One Earth to One World, An Overview by the World Commission on Environment and Development, paragraph 4 (General Assembly, 42th Session, Agenda item n. 82e, Annex of UN Doc. A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment, 04.08.1987). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development – Our Common Future**, Part I. Common Concerns, 1. A Threatened Future, II. A Threatened Future, paragraph 51 (General Assembly, 42th Session, Agenda item n. 82e, Annex of UN Doc. A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment, 04.08.1987). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Resolution A/RES/66/288.** The Future We Want. General Assembly. 123rd plenary meeting. Publicado em 27 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. **Resolution A/RES/70/01.** Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development Future We Want. General Assembly. 4th plenary meeting. Adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1>. Acesso em: 28 fev. 2017.